



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO

PE Nº 90.021/2025

Processo Licitatório nº **45.925/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.021/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

I.b. DO RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação.

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso interposto, sustentando a manutenção de sua habilitação.

A síntese dos recursos e contrarrazões fora apresentada no encaminhamento para diligência técnica constante de fls. 02 a 67, e seguintes deste processo administrativo.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO E DAS DILIGÊNCIAS

A discussão gira em torno da habilitação da empresa Recorrida como provisoriamente vencedora do certame.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e, ao detectar a ausência de previsão editalícia que exija a planilha de custos detalhada, tal solicitação foi imediatamente reconsiderada, em atenção ao Princípio da Autotutela Administrativa.

Ademais, a dilação de prazo concedida para elaboração da planilha, em razão de sua complexidade, foi mantida com vistas a não gerar prejuízo aos participantes, dilação esta que seria estendida a todos os licitantes, em observância ao Princípio da Isonomia.

Destaca-se que os documentos apresentados pela licitante declarada como provisoriamente vencedora atendem ao exigido no Edital, o que autorizou sua habilitação.

Ademais, cabe registrar que o item 14.4 do Edital estabelece que, no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Ocorre que a proposta apresentada pela Recorrida teve seu valor menor que o estimado em R\$ 874.894,50 (oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Considerando que a empresa atendeu aos requisitos referentes à Qualificação Econômico Financeira e à Qualificação Técnica, o que foi corroborado tanto de forma documental quanto na visita realizada pelo corpo técnico da Secretaria solicitante, esta Comissão optou pela não realização da diligência e pela habilitação da empresa. Contribuiu para esse fato a exigência de que somente após a assinatura do contrato e de montagem de clínica dentro dos limites do Município será iniciado o serviço e passará a gerar custos ao Município e as licenças locais devem ser apresentadas.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Ressalta-se, ainda, que há a possibilidade de apresentação posterior de documentos referentes à comprovação dos requisitos de habilitação, que contempla aqueles necessários à apuração de fatos e atualização de dados, conforme o art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e o seguinte entendimento do TCU:

"(...) Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação." (Acórdão 1.211/21)

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Deste modo, o processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem **26.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.021/2025**, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Na manifestação exarada às fls. 78 a 80, a Secretaria consignou a decisão pela aprovação da oferta e confirmação da habilitação.

Nada obstante, em razão da impugnação se referir às exigências previstas no Edital, os autos foram remetidos para análise técnico-jurídica da Procuradoria-Geral do Município, a qual confirmou a legalidade das previsões editalícias e pugnou pela manutenção da habilitação e prosseguimento do feito, nos termos do parecer de fls. 81 a 100.

III. DA DECISÃO

Após análise das diligências técnicas, foram exaradas manifestações de modo a concordar com a decisão de habilitação, confirmando-a.

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto e, subsidiados pelos pareceres técnicos, no mérito, NEGOU PROVIMENTO, pugnando pela manutenção da habilitação da empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 12 de maio de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



Processo nº: 14.675/2025

Recorrente: FF Peres Clínica Veterinária ME

Recorrida: Bom Pastor Comércio e Serviços Veterinários Ltda.

Assunto: Recurso – Pregão Eletrônico nº 90.021/2025

À Ilma. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME em face da decisão de habilitação da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025.

Às fls. 02/13, constam as alegações da recorrente, que, em síntese, aponta incongruências no que tange: *i)* ao lance oferecido pela recorrida; *ii)* ao prazo concedido para apresentação de documentações estabelecido ao item 4 do Termo de Referência; *iii)* a inobservância do item 4.2 do Termo de Referência, no que tange à localidade da clínica executora dos serviços; e *iv)* a inobservância da documentação técnica exigida.

Às fls. 14/43, constam contrarrazões apresentada pela recorrida, que, em síntese, sustenta: *i)* referência à licitação distinta do procedimento em tela; *ii)* a inaplicabilidade do item 14.6; *iii)* a concessão de dilação de prazo pelo pregoeiro; *iv)* a realização de tentativa de negociação do valor ofertado; *v)* o princípio da autotutela; *vi)* entendimento do TCU acerca dos preços menores da média do mercado; *vii)* o atestado de capacidade técnica apresentado; *viii)* a necessidade da visita técnica recorrida; *ix)* a apresentação correta dos documentos exigidos.

Às fls. 68/77, consta manifestação da Comissão Permanente de Pregão I.

Eis o brevíssimo relatório. Passa-se ao parecer.



II. DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cabe assinalar que, ao que consta nos autos, observa-se que a recorrente atendeu ao requisito da tempestividade, conforme preconizado no edital do certame licitatório em comento.

O objeto do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025 é, em síntese, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.



§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a **Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal**, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da



Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro se manifestou às fls. 68/77, encaminhando o feito para análise da Secretaria gestora do Pregão, concluindo pela complementação de sua manifestação após a análise técnica da pasta.

Por sua vez, a Secretaria requisitante se manifestou pela improcedência do recurso (fls. 78/80).

Pois bem. Pelo o que se extrai dos autos, o pleito da recorrente tem embasamento, primordialmente, no que tange: *i)* ao lance oferecido pela recorrida; *ii)* ao prazo concedido para apresentação de documentações estabelecido ao item 4 do Termo de Referência; *iii)* a inobservância do item 4.2 do Termo de Referência, no que tange à localidade da clínica executora dos serviços; e *iv)* a inobservância da documentação técnica exigida.

II.I. DO LANCE OFERECIDO PELA RECORRIDA

Alega a impugnante que o preço ofertado pela recorrida é inexequível tendo em vista aquele apresentado no edital.

A Lei 14.133/2021 elenca as hipóteses de inexequibilidade das propostas:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços **inexequíveis** ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.



§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Ademais, a orientação da jurisprudência do Tribunal de Contas da União é no sentido de que a presunção de inexecutabilidade é meramente relativa e não absoluta, fazendo-se necessário oportunizar ao licitante demonstrar a exequibilidade da sua proposta, conforme previsto na Súmula n. 262 do TCU, a qual estabelece:

“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.”

Nesse sentido, a Corte de Contas, no Acórdão n. 2.143/2013 – Plenário, ponderou:

“(…) a apreciação da exequibilidade de propostas não é tarefa fácil, pois há dificuldades em se fixar critérios objetivos para tanto e que não comprometam o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração. Nessa linha, esta Corte já se manifestou em diversas oportunidades que os critérios objetivos, previstos nas normas legais, de aferição da exequibilidade das propostas possuem apenas presunção relativa, cabendo à administração propiciar ao licitante que demonstre a viabilidade de sua proposta.”



Por sua vez, o edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025, assim dispõe no item 14.4:

14.4 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Segundo informado pela Comissão de Pregão às fls. 68/77, "a proposta apresentada teve seu valor menor que o estimado em R\$ 874.894,50, o que corresponde a 30% a menos do valor orçado inicialmente".

Ou seja, considerando que o edital de licitação considera como inexequível a proposta inferior a 50% do valor orçado e, no caso da empresa vencedora tal diferença foi de 30%, não há, s.m.j, afronta ao edital no caso em comento.

II.II. DO ITEM 4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E LOCALIDADE DA CLÍNICA EXECUTORA

Conforme narrado, o objeto do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025 é, em síntese, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos veterinário.

Nesse interim, dois dos requisitos dispostos no item 4.2 do Termo de Referência foram os seguintes:

"4.2 Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município



de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública.

(...)

Os serviços de atendimento de urgência e emergência deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal, dada a natureza dos serviços médico veterinário;"

Inicialmente, vale ressaltar que o Termo de Referência é parte integrante do Edital de Licitação, refletindo questões técnicas e práticas que a vivência administrativa da Secretaria solicitante venha a justificar a exigência, primado pela eficiência administrativa.

Em se tratando de atendimento de urgência e emergência de animais em sofrimento e/ou debilidade extrema, de fato, não é razoável que sejam transferidos para outros Municípios, justificando-se a exigência de que a empresa contratada esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo.

Em que pese a garantia legal da ampla concorrência, já que a Lei das Licitações garante a competitividade no procedimento, não se trata de regra absoluta, podendo ser mitigada a depender da situação concreta, a fim de observar os princípios do interesse público, eficiência, razoabilidade, economicidade, dentre outros.

Quanto à impugnação referente à localização da empresa vencedora, a questão é tratada pela jurisprudência como exigência de limitação geográfica, prevalecendo o entendimento de que é possível, desde que demonstrada a real necessidade da localização para a execução satisfatória do contrato.

Há objetos licitados onde a localização geográfica é indispensável para a execução



satisfatória do contrato. Entretanto, o limite geográfico deve respeitar o princípio da proporcionalidade e deve ser apresentada justificativa plausível/satisfatória para o mesmo.

Sobre o tema, o TCU assim já se manifestou:

Nas licitações de serviços de manutenção e reparo de veículos, o emprego de critério de distância máxima entre a localização do órgão licitante e a da empresa licitante pode ser utilizado, desde que represente solução que garanta a economicidade almejada e não imponha restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame¹.

No voto, o Ilmo. Relator explicitou que a limitação geográfica dependerá da explicação técnica elaborada pela Administração para justificar a “cláusula restritiva”:

6. No que tangencia à limitação geográfica imposta pela Administração, na esteira dos argumentos apostos pela Unidade Técnica, o emprego de critérios de distância máxima de fato pode restringir a participação de empresas. Todavia, trata-se de medida por vezes necessária, porquanto a remessa de veículos a oficinas mecânicas demanda gastos com combustível e mão de obra de motoristas. Assim, **ao delinear a contratação, deve o gestor público sopesar tais fatores, de modo a atingir solução que garanta a economicidade almejada sem impelir restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame.**

7. In casu, avaliando as teses trazidas pelo TRT-2, verifica-se que a limitação geográfica parece não ter sido fator determinante para a frustração da licitação. Como bem coloca Unidade Jurisdicionada, em consulta ao Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios SINDIREPA de São Paulo/SP, **no raio de doze quilômetros da sede do TRT-2, mais de cem empresas estariam habilitadas a participar do certame licitatório. Nesse norte, a exigência de limitação geográfica parece não ter provocado prejuízo à competitividade do certame.**

No mesmo sentido é o entendimento dos tribunais:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. RESTRIÇÃO À LOCALIZAÇÃO DOS LICITANTES. REGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA. A limitação geográfica do



local de prestação dos serviços contratados deve se pautar pelo princípio da razoabilidade, de forma a evitar restrição exagerada ou abusiva que comprometa a ampla competitividade na licitação. (TCE-MG - DEN: 932344, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 28/11/2017, Data de Publicação: 26/01/2018)

MANDADO DE SEGURANÇA – Alegação de que as cláusulas editalícias que estabeleceram a limitação geográfica para a prestação dos serviços objeto do Edital de Concorrência nº 01/2022 estão em desacordo com o princípio da isonomia – Inocorrência da aventada ilegalidade – Objeto da licitação que comporta a limitação geográfica imposta por meio de Edital Público – Ordem denegada – R. sentença confirmada. Recurso improvido. (TJ-SP - AC: 10063603420228260269 SP 1006360-34.2022.8.26.0269, Relator: Carlos Eduardo Pachi, Data de Julgamento: 09/09/2022, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09/09/2022)

O Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou, no HC 88.370/RS, 5ª T., rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 28.10.2008, aduzindo que

“(…) 3. Conforme a decisão emitida pela Corte de Contas Estadual, não há o que censurar na compra dos combustíveis, quanto há um único posto de abastecimento na cidade; não poderia a Administração concordar que os veículos do Município se deslocassem a longas distâncias para efetuar o abastecimento, com visíveis prejuízos ao Erário (...)”

No caso dos autos, a exigência relacionada às instalações dentro do Município de Nova Friburgo foi devidamente justificada no Termo de Referência elaborado pela Secretaria licitante, bem como é inerente ao próprio objeto licitado, não demonstrando, s.m.j, arbitrariedade.

Quanto ao prazo concedido para comprovação deste requisito, considerando que foi previsto de forma genérica no Termo de Referência, é aplicado a todos os licitantes, em consonância com o princípio da isonomia, conforme os arts. 11, II e 20 da Lei nº 14.133/21, o qual ora se colaciona:

Art. 11º. O processo licitatório tem por objetivos:



II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Alega o recorrente que a dilação de prazo ofertada à empresa vencedora viola um dos princípios norteadores da ampla competitividade e isonomia, que estão previstos nos art. 9 e 11 da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;”

Art. 11º. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



Os referidos dispositivos supratranscritos trazem à baila implicações decorrentes de um dos princípios basilares da licitação pública: o da isonomia. Todos os concorrentes possuem direito à participação em igualdade de condições, não sendo crível a imposição de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem a competitividade.

Cabe à Administração Pública prever nos editais dos certames licitatórios cláusulas que permitam a obtenção de proposta mais vantajosa, a qual atenda plenamente ao interesse público, sendo vedada a imposição de características que fujam à razoabilidade.

Nesse sentido, os ensinamentos de Marçal Justen Filho²:

"Em suma, a licitação deve assegurar condições para que o licitante obtenha tratamento correspondente à vantajosidade da proposta apresentada. A vitória ou a derrota do licitante apenas podem decorrer de uma análise sobre a vantajosidade da oferta apresentada.

Em última análise, a regra examinada subordina todas as discriminações à proporcionalidade. Diferenciações ou benefícios inúteis, excessivos ou violadores da proporcionalidade em sentido estrito são ilegais."

No caso dos autos, cabe assinalar que a Secretaria licitante asseverou que:

"Diferentemente do alegado no recurso, fica claro que a administração pública estabeleceu critérios objetivos para a empresa vencedora. Caso a empresa não apresente estrutura mínima para iniciar os serviços imediatamente, será concedido um prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, totalizando até 60 dias para se adequar e iniciar os serviços. Além disso, a empresa deve estar localizada dentro dos limites de Nova Friburgo-RJ."

Ou seja, conforme consta nos autos, pode-se perceber que não há elementos que evidenciem o descumprimento do princípio da isonomia no presente caso.

II.III. DA INOBSERVÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA



Por fim, alega a recorrente a inobservância da documentação técnica exigida, apontando diversas irregularidades nos documentos apresentados pela empresa vencedora, a qual, por sua vez, sustenta sua estrita observância ao edital.

O art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021 é claro ao expor que a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Dessa forma, cabe a esta Procuradoria-Geral rememorar que a Administração Pública tem o dever de pautar seus atos com base na legalidade estrita. Ou seja, é prudente que os gestores se atentem às diversas determinações legais, estando a ela vinculados.

Sobre o princípio da legalidade nos ensina José dos Santos Carvalho Filho³:

O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. **Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita.**

Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a criação do Estado de Direito, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita.

O princípio “**implica subordinação completa do administrador à lei**. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”. Na clássica e feliz comparação de HELY LOPES MEIRELLES, enquanto os indivíduos no campo privado podem fazer tudo o que a lei não veda, o administrador público só pode atuar onde a lei autoriza.

[...]

O princípio da legalidade é talvez o princípio basilar de toda a atividade administrativa. Significa que o administrador não pode fazer prevalecer sua vontade pessoal; sua atuação tem que se cingir ao que a lei impõe. Essa limitação do administrador é que, em última instância, garante os indivíduos contra abusos de conduta e desvios de objetivos.



Por outro lado, em que pese o caráter vinculativo do Princípio da Legalidade, a discricionariedade administrativa abre a possibilidade da Administração Pública realizar a gestão do interesse público com alguma margem de escolha.

Ao usar o poder discricionário, o agente deve fazer a escolha dentro das alternativas permitidas pelo ordenamento, sob pena de não o fazendo, resvalar na arbitrariedade. Logo, a autoridade que o exerce deve sempre priorizar o interesse público de acordo com a competência que lhe foi dada.

A esse respeito, leciona a doutrinadora Odete Medauar⁴:

“Havendo parâmetros de objetividade para enquadrar a situação fática na fórmula ampla, ensejando uma única solução, não há que se falar em discricionariedade. Se a fórmula ampla, aplicada a uma situação fática admitir margem de escolha de soluções, todas igualmente válidas e fundamentadas na noção, o poder discricionário se exerce.”

Dessa forma, pode-se dizer que existe discricionariedade quando a lei permite ao Administrador liberdade para atuar dentro de certos limites e também quando, havendo na lei conceitos jurídicos indeterminados, surgir a possibilidade de escolha em relação ao caso concreto.

Nestes termos, considerando que compete à Comissão de Pregão a análise dos documentos apresentados pela licitante, esta especializada passa a tecer considerações jurídicas sobre os apontamentos indicados.

a) Do certificado de registro e do atestado de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora

Alega a recorrente que o certificado de registro apresentado pela empresa vencedora não possui a devida anotação técnica do serviço de atendimentos 24 horas, comprometendo a habilitação da mesma no certame. Ademais, sustenta também que o atestado de capacidade técnica apresentado não revela o quantitativo de atendimentos, nem o período contratual



realizado ou prazos de execução.

Na forma do item 5 do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025, que estabelece as condições de participação, poderão participar as empresas que estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo tal fato ser comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa, cuja análise incumbe exclusivamente à Comissão de Pregão.

No mesmo sentido, de acordo com o item 19, que trata da qualificação técnica, as licitantes devem apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no termo de referência.

Portanto, para fins de habilitação jurídica nas licitações, é necessário que haja compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

A Lei 14.133/2021 não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:

“Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”



Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital, de modo que inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no edital. Este é o entendimento dos Tribunais de Contas:

“É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade”. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara).

“Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993”. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara).

“Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados”. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server/Exec/AccessoBase/?idPorta=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: aac0985-00b0-40c9-a1ee-dbf32464b712 Parecer Jurídico Nº 000299/2025



No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União entende que “só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação” (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário).

Ademais, pelas orientações do TCU, uma empresa não poderá ser excluída do certame apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado na sua matriz social. Vejamos o que diz o Acórdão 1.203/2011 – Plenário:

“(…) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (...). (...) a unidade técnica reputou como indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas)”.

Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho⁵:

“(…) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação”.

Conclui-se, portanto, que o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.



Considerando que a análise dos documentos de habilitação e decisão cabem exclusivamente à Comissão de Pregão, na forma do já exposto no presente parecer, deve a Comissão de Pregão II verificar a compatibilidade da atividade da recorrida com o objeto licitado.

b) Da ausência de assinatura do ART

Alega a recorrente, ainda, que o ART apresentado pela empresa vencedora está sem assinatura, o que ocasionaria a invalidade do referido documento.

No entanto, de acordo com o entendimento jurisprudencial, tal irregularidade é classificada como meramente formal, passível de correção, vejamos:

REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. **INABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE POR FALTA DE ASSINATURA NO DOCUMENTO APRESENTADO. SITUAÇÃO QUE NÃO IMPORTOU EM PREJUÍZO AO CERTAME.** EXCESSO DE FORMALISMO QUE DEVE SER AFASTADO. A IMPETRANTE TEVE SUA PROPOSTA DESCLASSIFICADA EM RAZÃO DE NÃO CONSTAR A ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, NOS TERMOS EXIGIDOS NO EDITAL (III.2.1, III.2.2. E III.2.4). NO ENTANTO, A FALTA DE ASSINATURA DO DOCUMENTO APRESENTADO NÃO IMPORTOU EM PREJUÍZO AO CERTAME, TRATANDO-SE DE IRREGULARIDADE QUE PODERIA TER SIDO SANADA QUANDO DA ABERTURA DOS ENVELOPES, DEVENDO SER AFASTADO O ATO DE INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. DIANTE DO RESULTADO DO JULGAMENTO, DEVERÁ A PARTE IMPETRADA RESSARCIR AS DESPESAS SUPOSTAS PELA IMPETRANTE. À UNANIMIDADE, MANTIVERAM A SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJ-RS - Remessa Necessária Cível: 50014065820218210071 RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 14/04/2022, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 17/04/2022).

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA.



LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. **MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL.** PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. O fato de haver se encerrado o prazo do registro de preços não configura perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra ato de inabilitação da empresa em certame licitatório. Condições da ação que devem ser aferidas no momento em que impetrado o mandamus. A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. Apelação desprovida. Sentença mantida em remessa necessária. (TJRS. Apelação e Reexame Necessário, nº 70078093887, Vigésima Primeira Câmara Cível, Rel: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em: 22-08-2018)

Como se pode ver, a ausência de assinatura é considerada como mera irregularidade formal, insuficiente para gerar a desclassificação/inabilitação da empresa, tratando-se, portanto, de vício sanável, passível de correção.

Ademais, atendendo ao Princípio da Eficiência, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Importante ressaltar que o item 14.15 do edital prevê:

14.15- No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Pelo exposto, s.m.j., não assiste razão à recorrente, devendo a Comissão de Pregão II verificar a existência de irregularidade e/ou a necessidade de diligência para supri-la.

c) Da ausência de apresentação de licença ambiental

Alega a recorrente que a empresa vencedora do certame não apresentou a licença ambiental.

Inicialmente, vale ressaltar que no item 4.3, I, do Termo de Referência se encontra a seguinte previsão: "I. A licitante vencedora deverá apresentar licenças ambiental e sanitária válidas."

Não há nos autos informação acerca do cumprimento do referido item, logo, deve a Comissão de Pregão II ratificar a apresentação das licenças e/ou a necessidade de diligência para supri-la.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo encaminhamento dos autos para a Comissão de Pregão para análise e manifestação expressa acerca dos apontamentos técnicos do recurso apresentado.



Ressalte-se que o exame desta assessoria se dá nos termos da Lei nº 14.133/2021, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Eis o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de maio de 2025.

Paola Wermelinger Câmara
Analista Processual I
Subprocuradoria de Licitações e Contratos
Matrícula 300.626

REFERÊNCIAS

- ¹ Acórdão TCU 520/2015-Segunda Câmara, data da sessão: 24/02/2015, Relator: Vital do Rêgo.
- ² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 18. ed. São Paulo: Dialética, 2019. p. 122.
- ³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 48.
- ⁴ MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 22. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 462 p.
- ⁵ Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
B E M - E S T A R E
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Ref:	<i>Processo Administrativo 45925/24 - Recurso 014675/2025 de interesse da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - Sebea</i>
Assunto:	<i>Recurso</i>

Trata-se de processo administrativo instaurado em razão de recurso administrativo interposto pela pessoa jurídica de direito privado denominada **FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME**, inscrita no CNPJ nº **27.296.807/0001-70** com fulcro no artigo 165, Inciso I da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **09.310.829/0001-65**, no bojo do pregão Eletrônico nº 90.021/2025.

Às folhas 14/67 ID 109061/25 foram apresentadas contrarrazões pela Recorrida, através das quais refuta as alegações recursais e pleiteia o indeferimento do recurso administrativo e a consequente manutenção da habilitação, dentre outros pedidos subsidiários.

Às folhas 68/77 ID 109065/25 foi carreada Decisão da Comissão de Pregão, assinada pelo Sr. Pregoeiro encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos.

Em análise aos autos, tenho que assiste razão à empresa Recorrida **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **09.310.829/0001-65**, que em suas contrarrazões demonstrou de forma fundamentada que as alegações apresentadas pela Recorrente não merecem prosperar.

Demonstra apenas inconformismo da Recorrente, visto que não há problemas documentais, sendo realizada visita Técnica que visou pode ser prudente que os licitantes interessados conheçam pessoalmente os locais da execução do objeto a ser contratado para que possam dimensionar de forma adequada todos os custos e encargos para a correta elaboração de suas propostas.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
B E M - E S T A R E
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Assim, a visita técnica na matriz buscou comprovar que empresa tinha respaldo técnico de realizar os procedimentos elencados, bem como visou conhecer o corpo técnico e a capacidade de realizar o empreendimento no Município Licitante.

Isto posto, resta claro que a empresa apresentou atestado de capacidade técnica não havendo por parte da administração qualquer dúvida que fizesse requerer informações complementares, verdade que houve apresentação de documentos não solicitados demonstrando excesso de zelo.

É evidente que a visita realizada na sede da empresa foi justificada, pois a participação da licitante vencedora foi realizada por meio de sua matriz, conforme documentação apresentada. O relatório da diligência realizada confirma que a empresa atende aos requisitos necessários de forma satisfatória.

Diferentemente do alegado no recurso, fica claro que a administração pública estabeleceu critérios objetivos para a empresa vencedora. Caso a empresa não apresente estrutura mínima para iniciar os serviços imediatamente, será concedido um prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, totalizando até 60 dias para se adequar e iniciar os serviços. Além disso, a empresa deve estar localizada dentro dos limites de Nova Friburgo-RJ.

A "matriz" no contexto jurídico e de licitações refere-se ao estabelecimento original ou principal de uma empresa, onde a sede ou a principal atividade é exercida. Uma visita técnica, quando exigida em licitações ou contratos, visa permitir aos participantes conhecer o local de execução da obra, serviço ou fornecimento, a fim de avaliar a complexidade e o grau de dificuldade, e evitar eventuais disputas ou mal-entendidos futuros. A visita a matriz é o suficiente para avaliar a situação da empresa como um todo, especialmente se o objetivo da visita for entender a organização, os processos decisórios e a gestão da empresa, em vez de analisar as operações específicas de cada filial.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
B E M - E S T A R E
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Por tais razões manifesto-me no sentido de que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto.

Remetam-se os autos à Douta procuradoria, para que em assim entendendo se manifeste.

Após retornem à Comissão de Pregão para continuidade dos Trâmites legais.

Nova Friburgo 25 de Abril de 2025

Elisângela Alcina Faustino Rodrigues
Subsecretária do Bem-Estar e Proteção Animal
Matricula 62905

De acordo:

André Luiz Silva de Moraes
Secretário do Bem-Estar e Proteção Animal
Matricula 63797





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal

Processo Licitatório nº **45.925/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.021/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, o que segue:

- i.) a empresa ora vencedora foi classificada em primeiro lugar pelo lance de quase 1.000.000,00 (hum milhão de reais) a menos que o valor estimado (...) e que a planilha de custo solicitada em sessão viabilizaria a compreensão do porquê chegou-se a esse valor, para até mesmo entender se o objeto estaria superestimado pelo órgão ou se de fato o participante estava disposto em ganhar bem menos para ter a prestação do serviço no município; destaca ainda que o modelo da planilha foi disponibilizado e o prazo que seria de 2 horas para anexar documentos foi amplificado para 24 horas para formalização da planilha; no entanto, houve recuo na condução do certame,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

passando-se ao entendimento de que não mais seria correta a solicitação de planilha de custo, mantendo-se o prazo amplificado para envio da documentação, o que fragiliza o processo licitatório como um todo e traz insegurança quanto às decisões tomadas;

- ii.) o item 4.2 dispõe que é imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo; no entanto, a vistoria e as fotos foram realizadas na Clínica a 150 km de distância e em nada garante a execução dos serviços;
- iii.) o prazo de 30 (trinta) dias corridos estipulado no item 4.2 abre espaço para um "relato" durante a visita técnica de uma possível busca por endereços para ainda constituir Filial, bem como autorizações, obras e adequações ainda de toda uma estrutura, o que seria impossível se certificar;
- iv.) quanto à documentação técnica exigida, registra que o certificado de registro apresentado pela empresa vencedora não possui a devida anotação técnica do serviço de atendimentos 24 horas, comprometendo a habilitação da empresa no certame; que a ART enviada consta sem assinatura e, por conseguinte, sem a devida validade; que não houve apresentação de licença ambiental, que o atestado de capacidade técnica apresentado não revela quantitativo de atendimentos, nem o período contratual realizado ou os prazos de execução.

Por fim, a Recorrente pontua seus pedidos e requer, em síntese, que a.) seja considerada equivocada a manutenção do prazo de 24h para envio dos documentos, eis que beneficiou a empresa desnecessariamente; b.) seja explicado o



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

fato de a visita técnica ter sido realizada no endereço da sede, deixando confusa a aceitabilidade das adequações solicitadas no edital para execução do serviço; c.) seja declarada a ART sem assinatura documento incompleto ou sem validade; d.) seja diligenciado o atestado apresentado para que a empresa apresente documentos como nota fiscais, contratos e demais documentos que comprovem quantidade, prazo e condições satisfatórias de execução; e.) seja solicitada a devida explicação sobre a condição de atendimento 24 horas não fazer parte do ramo de atividade da empresa; f.) seja esclarecido porque a data da visita técnica está constando dia 26/03/25 e está datada no final do relatório como 27/03/2025; g.) seja esclarecido, ainda, se houve alteração contratual recente na empresa visto que consta um nome "Eric" como sócio na visita técnica e quem de fato seria na importância da visita.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações consignadas no recurso interposto, conforme as seguintes considerações, em síntese:

- i.) registra o equívoco da Recorrente ao ter se referido à licitação distinta, eis que o procedimento em tela não é de 2024;
- ii.) diz ser notório que a aplicabilidade do item 14.6 não condiz com o objeto licitado e que não constava tal planilha no Edital, tendo sido disponibilizado um modelo "em branco" pela Administração somente após a solicitação da mesma, conforme informado no chat;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

- iii.) apesar de não constar dentre os anexos do Edital, a Recorrida se colocou à disposição para proceder a elaboração de tal planilha e, diante de sua complexidade e visando o mais perfeito atendimento, arguiu eventual dilação do prazo inicialmente concedido para possibilitar a elaboração, o que foi concedido pelo Pregoeiro;
- iv.) o Pregoeiro abriu tentativa de negociação do valor ofertado, o que indica não ter pairado dúvidas quanto a exequibilidade da proposta, pois caso houvesse indícios ou uma real oferta extremamente baixa, não haveria negociação e sim uma direta solicitação de comprovação; nada obstante, foi enviada a declaração de exequibilidade da proposta de preços formulada, a fim de demonstrar toda boa fé e compromisso assumido e plena capacidade em prestar os serviços pretendidos;
- v.) considerando que a Administração Pública tem o poder dever de revisar seus próprios atos, de acordo com Princípio da Autotutela Administrativa, o Pregoeiro entendeu que nem o objeto licitado nem o Edital do certame exigiam a apresentação de planilha, dispensando a determinação de sua apresentação;
- vi.) sem que houvesse prejuízo a qualquer dos participantes, o prazo amplificado foi mantido para envio da proposta e documentação pertinente, o qual foi respeitado pela Recorrida, sendo certo que este prazo seria concedido também aos demais licitantes caso passassem à fase de habilitação, buscando manter a isonomia;
- vii.) registra que não cabe a um concorrente fiscalizar ou se insurgir contra a viabilidade econômica de uma proposta baseada apenas



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

em sua própria estrutura de custos e, além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que preços menores que a média do mercado não são, por si só, indícios de inexequibilidade;

- viii.) quanto ao atestado de capacidade técnica, frisa que foi plenamente atendido em concordância ao Edital, o qual prevalece sobre as disposições do Termo de Referência, que é apenas peça acessória e complementar;
- ix.) a visita realizada na sede da empresa Recorrida torna-se obviamente necessária, vez que toda participação se deu por meio da sua matriz e, conforme previsão expressa no Termo de Referência, caso a empresa vencedora não apresentasse estrutura mínima para início imediato dos serviços, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para que a empresa esteja apta se estabelecer dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, justamente o que ocorreu;
- x.) Fora comprovado documentalmente que a empresa Recorrida e seu responsável técnico possuem toda documentação exigida e emitida pelo Conselho Veterinário e autorização devida para atuação e funcionamento; além disso, compete a sua própria administração estabelecer de que forma irá adotar seu horário de funcionamento, sendo de ampla divulgação e notoriedade que a Recorrida tem atendimento durante 24 horas em todos os dias da semana;
- xi.) a ART apresentada pela Recorrida foi reproduzida no recurso administrativo em que a Recorrente ocultou o cabeçalho do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

documento, assim ocultando o QR-CODE existente e os dados do profissional; dados constantes na ART original e que atestam a validade do documento eletrônico emitido pelo CRMV;

Por fim, a Recorrida pontua que dois anexos com esclarecimentos acompanham as Contrarrazões, consigna que não há qualquer irregularidade ou inobservância de previsão editalícias que autorize sua inabilitação e requer que seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da habilitação da empresa Recorrida como provisoriamente vencedora do certame.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e, ao detectar a ausência de previsão editalícia que exija a planilha de custos detalhada, tal solicitação foi imediatamente reconsiderada, em atenção ao Princípio da Autotutela Administrativa.

Ademais, a dilação de prazo concedida para elaboração da planilha, em razão de sua complexidade, foi mantida com vistas a não gerar prejuízo aos participantes, dilação esta que seria estendida a todos os licitantes, em observância ao Princípio da Isonomia.

Cabe registrar que o edital no seu item:

**"14.4- No caso de bens e serviços em geral,
é indício de inexecutabilidade das propostas**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.”

A proposta apresentada teve seu valor menor que o estimado em R\$ 874.894,50, o que corresponde a 30% do valor orçado inicialmente. Considerando que a empresa atendeu aos requisitos referentes a Qualificação Econômico Financeira e a Qualificação Técnica, tanto documental quanto em visita realizada pelo corpo técnico da Secretaria solicitante, analisados estes fatos essa comissão optou pela não realização de diligência. Contribuiu para esse fato a exigência após a assinatura do contrato de montagem de clínica dentro dos limites do Município para que seja iniciado o serviço e assim passe a gerar custos ao Município.

Registra-se que os documentos apresentados pela licitante declarada como provisoriamente vencedora atendem ao exigido no Edital, o que autorizou sua habilitação.

Consigna-se, ainda, que há a possibilidade de apresentação posterior de documentos referentes à comprovação dos requisitos de habilitação, que contempla aqueles necessários à apuração de fatos e atualização de dados, conforme o art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e o seguinte entendimento do TCU:

“(…) Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação." (Acórdão 1.211/21)

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

III. DAS DILIGÊNCIAS AO CORPO TÉCNICO

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminho o presente processo à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.021/2025, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Nova Friburgo, 24 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



ANEXO II - CONTRARRAZÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45.925/2024

Captura de imagens das pesquisas realizadas e citadas no recurso de contrarrazões apresentado pela **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65** em face do recurso administrativo Interposto em processo licitatório pela empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 27.296.807/0001-70

1) Captura Imagem Chat ComprasGov P.E 90021/2025 – Negociação e Solicitação atendimento ao item 14.6 do edital.

<p>Para 09.310.829/0001-65 - Agradeço o retorno e solicitarei em anexo a proposta readequada, a planilha de custos e os demais documentos de habilitação. Peço atenção especialmente ao solicitado no Termo de referência e edital quanto a avaliação da qualificação técnica.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 10:57:54h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro Item 1</p> <p>Para 09.310.829/0001-65 - Conforme o edital em seu item: "14.6 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta."</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 10:58:38h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Será disponibilizado no site do município um modelo de planilha de custos.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 11:21:24h</p>
<p>Mensagem do Participante Item 1</p> <p>De 09.310.829/0001-65 - Prezado Sr. Pregoeiro, considerando o questionamento acerca da possibilidade de redução de valor ofertado inicialmente, informa-se não ser possível realizar a redução do valor apresentado anteriormente. Haja visto o valor registrado ser o limite e ainda registra-se ainda a economicidade gerada a administração pela nossa oferta.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 10:51:48h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro Item 1</p> <p>Sr. Fornecedor BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA, CNPJ 09.310.829/0001-65, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:30:00 do dia 21/03/2025. Justificativa: Solicito a proposta, planilha de custos e demais documentos de habilitação conforme o solicitado no edital e termo de referência.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 11:05:30h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Retomaremos a sessão no dia 21.03.2025, às 14:00h, ocasião em que será confirmado ou não o atendimento da convocação mencionada na mensagem anterior e, se for o caso, divulgado o resultado de julgamento ou ainda, convocação de empresas remanescentes.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 11:08:19h</p>
<p>Mensagem do Pregoeiro Item 1</p> <p>Para 09.310.829/0001-65 - Sr. Licitante, no item 01 o melhor valor global ofertado foi de R\$ 2.041.420,50, é possível a redução do valor ofertado?</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 10:48:09h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro Item 1</p> <p>Para 09.310.829/0001-65 - Fica justifico a solicitação da planilha de custos e devido a complexidade da elaboração e dos itens o prazo para envio da documentação será aumentado para o total de 24 horas o que valerá para todas as empresas a serem convocadas.</p> <p>Enviada em 20/03/2025 às 11:03:16h</p>	<p>Mensagem do Pregoeiro</p> <p>Prezados licitantes, comunicamos que a sessão será suspensa temporariamente neste momento, devido à abertura de prazo para que a empresa mais bem classificada possa enviar sua proposta devidamente ajustada.</p>



2) Captura Imagem Chat ComprasGov P.E 90021/2025 – Dispensa ao atendimento ao item 14.6 do edital.

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Embora respeitada a medida adota, porém não concorda. Caberá a este Licitante, atender da melhor forma ao requerido. Entretanto, considerando a complexidade do atendimento pleno a todos pedidos que adentram fase de proposta e habilitação conforme registrado via chat. Vislumbra-se nesse momento, embora tenha sido concedido 24 horas de prazo para apresentação, a possibilidade e fineza da autoridade condutora deste certame

Enviada em 20/03/2025 às 12:10:48h

Mensagem do Pregoeiro

9.4.1. elaborar orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e de preços unitários quando do lançamento das licitações, a fim de balizar o julgamento das propostas com os preços vigentes no mercado e de possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Licitações da entidade, somente dispensando-a, motivadamente, naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário

Enviada em 20/03/2025 às 12:15:38h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - 3) Anexar via sistema até 21/03/2025 às 11:30 horas: Proposta de valores readequada, conforme modelo disponibilizado no anexo-III do edital e demais documentos complementares no que pese a fase de habilitação. É certo este entendimento? Desde já agradecemos pela atenção dispensada.

Enviada em 20/03/2025 às 12:54:34h

Mensagem do Pregoeiro

Está dispensa fica justificada com base no acórdão nº 1.750/2014, TCU:

Enviada em 20/03/2025 às 12:15:22h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Desde já grato pela atenção e certo da compreensão ao exposto.

Enviada em 20/03/2025 às 12:14:30h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - A possibilidade de que caso se faça necessário, a prorrogação deste prazo por igual período, a partir da solicitação desta licitante formalmente via chat em momento oportuno, antes de se findar o prazo inicial concedido. Justifica-se tal pleito desde já registrado a plena atenção na elaboração de todo requerido da melhor forma possível para atender o proposto e assim superar esta etapa e garantir a administração a economicidade obtida.

Enviada em 20/03/2025 às 12:14:09h

Mensagem do Pregoeiro

Fica dispensada a apresentação da Planilha de custos pois o serviço a ser realizado não requer a dedicação exclusiva de mão de obra

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Prezado Sr. Pregoeiro. Sendo assim, diante dos novos fatos apresentados. Solicita-se mero esclarecimento para confirmação do seguinte: 1) fica dispensado esta licitante da apresentação da planilha de custo requerida com base no item 14.6 do edital, face de todo registrada via chat desta sessão? Logo é certo este entendimento?

Enviada em 20/03/2025 às 12:54:09h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Prezado Sr. Pregoeiro, boa tarde! Grato pela reconsideração quanto ao pedido de apresentação da planilha de custos e consequentemente a dispensa da apresentação da mesma, em face dos fatos narrados por este licitante e ainda assertivamente apresentados pelo Sr. Pregoeiro, quanto as razões da dispensa informada e ainda apresentação de jurisprudências e exemplos de aplicabilidade deste tipo de planilha apenas a objeto pertinente.

Enviada em 20/03/2025 às 12:28:26h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - 2) Independentemente da dispensa da apresentação da planilha de custos, a Data limite para o envio de anexos, qual seja: 21/03/2025 às 11:30 hora, ficará mantida o referido prazo para anexar junto ao sistema, haja vista as condições sistêmicas da plataforma licitatória que registrou a data e horário. É certo este entendimento?

Enviada em 20/03/2025 às 12:54:16h

Mensagem do Pregoeiro

O entendimento está correto. A planilha de custos fica DISPENSADA, será necessária apenas a apresentação do anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS. O prazo para apresentação dos anexos fica mantido conforme informado no sistema.

Enviada em 20/03/2025 às 14:11:59h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 08:15:59 de 21/03/2025. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA, CNPJ 09.310.829/0001-65.

Enviada em 21/03/2025 às 08:15:59h



3) Captura Imagem Chat ComprasGov P.E 90021/2025 – Observação sobre solicitação atendimento ao item 14.6.

De 09.310.829/0001-65 - Cumpre esclarecer, que este licitante encontra-se plenamente disponível a atender o previsto no instrumento convocatório da melhor forma. Logo mediante não ter sido previamente disponibilizado junto ao edital "de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração", Sendo apenas citado pelo item 14.6, sendo inserido a pouco no portal. Entretanto entende-se o poder discricionário da Adm. Pública.

Enviada em 20/03/2025 às 11:47:48h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Prezado Sr. Pregoeiro, ciente do requerido, estava sendo formulado e-mail a douda comissão, haja visto não constar no edital e seus anexos, qualquer modelo de planilha de composição de custos/formação de preços previsto. Entretanto verifica-se que acaba de ser disponibilizado pela administração tal modelo, que no caso será verificado por este licitante.

Enviada em 20/03/2025 às 11:44:34h

Mensagem do Pregoeiro

Esse modelo pode ser modificado pela empresa conforme a mesma achar necessário.

Enviada em 20/03/2025 às 11:25:02h

Mensagem do Pregoeiro

<https://pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1523>

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Entretanto, embora conste junto ao item 14.4 edital: " No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração e ainda na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022. Desta forma, é notório que a proposta ofertada não se enquadra abaixo do percentual previsto.

Enviada em 20/03/2025 às 11:56:50h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Cumpre esclarecer, que este licitante encontra-se plenamente disponível a atender o previsto no instrumento convocatório da melhor forma. Logo mediante não ter sido previamente disponibilizado junto ao edital "de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração", Sendo apenas citado pelo item 14.6, sendo inserido a pouco no portal. Entretanto entende-se o poder discricionário da Adm. Pública.

Enviada em 20/03/2025 às 11:47:48h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Sendo a mesma informada aos licitantes participantes, estar disponibilizada junto ao portal da transparência do município as 11:25 horas, por mensagem via chat, ou seja, momento posterior ao inicio a solicitação e abertura de prazo para envio por parte desta licitante de sua proposta de preços readequada, planilha de composição de custo conforme item 16,4 que não estava disponibilizada e ainda documentos de habilitação.

Enviada em 20/03/2025 às 12:03:41h

Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Certo que a Administração Pública, pode e deve adotar medidas administrativas que julgar necessárias, entretanto devendo agir com zelo e atenção aos princípios básicos que norteiam as contratações públicas. Destaca-se a vinculação ao instrumento convocatório. No caso em tela, embora haja citação do item 14.6 a planilha de formação de custo, a mesma não havia sido disponibilizada, somente ao ocorrer o ato licitatório

Mensagem do Pregoeiro

Boa tarde. Conforme a reconsideração solicitada e considerando a natureza do objeto, se tratando de procedimentos específicos solicito que o Anexo III seja preenchido com os itens conforme o modelo de planilha de preços.

Enviada em 20/03/2025 às 12:09:33h

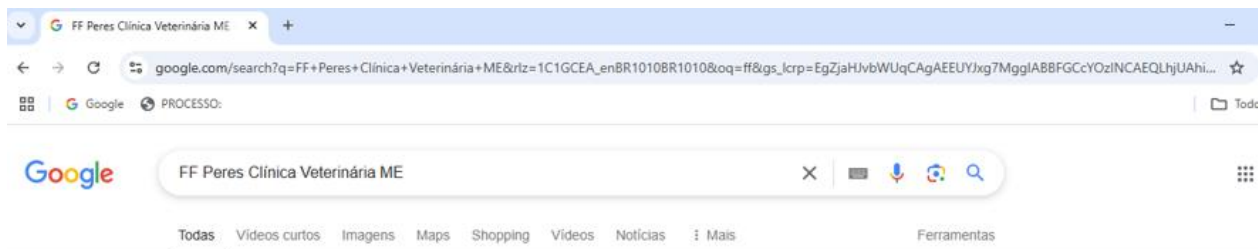
Mensagem do Participante Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Desta forma, diante de todo exposto, mesmo sem compreensão plena do requerido quanto a planilha de custo, haja visto o valor ofertado não perfazer um percentual de desconto, 50% abaixo do valor estimado pela administração, considerando ainda o fato de não ter sido disponibilizado junto ao edital e seus anexos tal modelo conforme cita-se no item 14.6 e somente disponibilização após a fase de lances. Respeita-se a medida administrativa adota.

Enviada em 20/03/2025 às 12:07:09h



4) Captura Imagem Google Busca Informações FF Peres Clínica Veterinária



Veterinaria Regional
Razão Social: F F Peres Clínica Veterinária Ltda CNPJ: 27.296.807/0001-70

Matriz e Filiais

CNPJ e Nome	Endereço	Setor e Funcionários
27.296.807/0001-70 MATRIZ F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA	28.979-192 Rua Bernardo... ARARUAMA, RJ	Serviços 1 a 10 funcionários
27.296.807/0003-31 FILIAL F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA	28.605-050 Rua Rui Barbosa, 205 -... NOVA FRIBURGO, RJ	Serviços 1 a 10 funcionários
27.296.807/0002-50 FILIAL F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA	27.910-060 Rua Doutor Tello... MACAE, RJ	Serviços 1 a 10 funcionários



- 5) Captura Imagem Google Maps – Endereço Rua Rui Barbosa, 205 - Centro, Nova Friburgo – RJ. Local este sendo a sede das Clínicas Veterinárias Bem Estar Animal e FF Peres.



Captura 01 – Fachada Atual



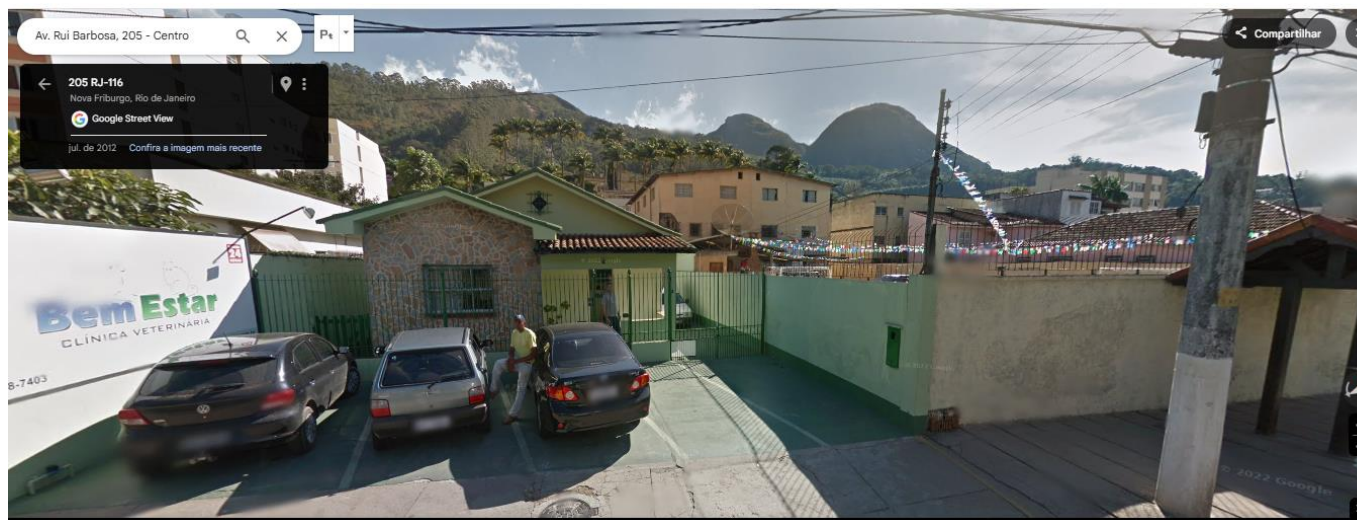
Captura 02



Captura 03



Captura 04




Captura 05

OBS: As imagens capturadas, se dá aos dias atuais, bem como em diferentes anos, visando demonstrar o funcionamento da Clínica Veterinária Bem Estar ao longo dos últimos tempos no mesmo endereço, demonstrar os acessos ao imóvel e que a garagem é utilizada e ainda evidenciar que no local não consta qualquer informação quanto a existência e funcionamento da filiar em empresa FF Peres em Nova Friburgo/RJ.



- 6) Captura Cartão CNPJ – Clínicas Veterinárias Bem Estar Animal e FF Peres Filial em N.F – Situadas no mesmo Endereço Rua Rui Barbosa, 205 - Centro, Nova Friburgo – RJ. Com a FF Peres, se diferenciando com complemento “fundos”

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.296.807/0003-31 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 05/09/2024			
NOME EMPRESARIAL F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VETERINARIA REGIONAL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 75.00-1-00 - Atividades veterinárias			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.62-8-03 - Serviço de manejo de animais 46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 86.40-2-01 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos 86.40-2-04 - Serviços de tomografia 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia 86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética 86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos 96.09-2-07 - Alojamento de animais domésticos 96.09-2-08 - Higiene e embelezamento de animais domésticos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R RUI BARBOSA		NÚMERO 205	COMPLEMENTO FUNDOS
CEP 28.605-050	Bairro/Distrito CENTRO	MUNICÍPIO NOVA FRIBURGO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO VET.REGIONALARARUAMA@GMAIL.COM		TELEFONE (22) 7401-8947	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/09/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Captura 01 – Cartão CNPJ – FF Peres Clínica Veterinária – Filial em Nova Friburgo/RJ

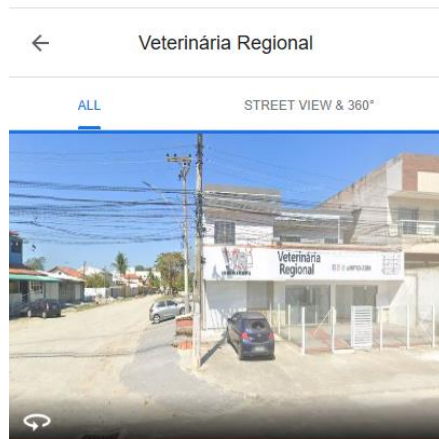


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.572.395/0001-10 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 19/03/2003			
NOME EMPRESARIAL CLINICA VETERINARIA BEM ESTAR LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BEM ESTAR ANIMAL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 75.00-1-00 - Atividades veterinárias			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO AV RUI BARBOSA		NÚMERO 205	COMPLEMENTO *****
CEP 28.605-050	BARRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA FRIBURGO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

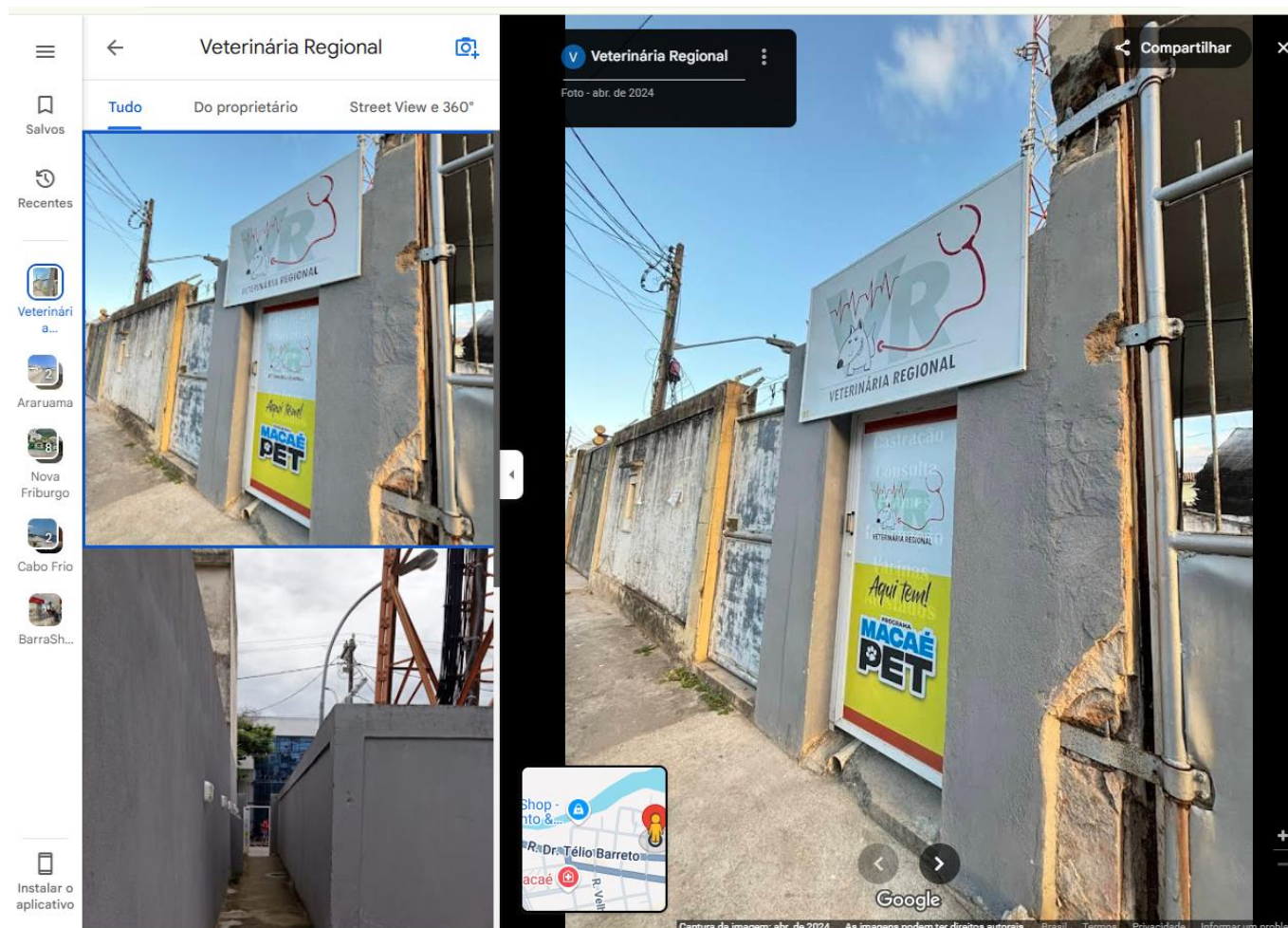
Captura 02 – Cartão CNPJ – Clínica Veterinária Bem Estar em Nova Friburgo/RJ



7) Captura Imagem Fachada F F Peres Clínica Veterinária Matriz em Araruama/RJ e filial em Macaé / Captura Horários de atendimento.



Captura 01 – Fechada Matriz em Araruama Sem Informações de atendimento 24hrs.



Captura 02 – Fechada Filial em Macaé Sem Informações de atendimento 24hrs.



Captura 03 – Horário e dia de atendimento – Matriz em Araruama/RJ



Captura 04 – Horário e dia de atendimento – Filial em Macaé/RJ

End. Rua Pedro Luiz Souza, N° 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165
TEL: (22)2665-7393
E-MAIL: clinicaveterinariabompastor@gmail.com



8) Captura Imagem Consulta inscrição P.J e ART no CRMV/RJ – Matriz e Filias FF Peres Clínica Veterinária.

Clique para filtros
Consulta de profissionais e empresas

Razão social	CRMV	Situação	UF	Área	Data de Registro
F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA Nome fantasia: VETERINÁRIA REGIONAL	13370	Ativo	RJ	<input type="button" value="Dados ART"/>	31/10/2018

Dados da ART

ART nº: 945033
Responsável: Med. Vet FREDERICO DE FIGUEIREDO PERES (CRMV-RJ: 08184/VP)
Vigência: 13/06/2024 a 12/06/2025
Área: PET SHOP

Captura 01 – Consulta Registro P.J e ART – Matriz – ART em questão apenas para área de PET SHOP.

Clique para filtros
Consulta de profissionais e empresas


Razão social	CRMV	Situação	UF	Área	Data de Registro
F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA Nome fantasia: VETERINARIA REGIONAL	16247	Ativo	RJ	<input type="button" value="Dados ART"/>	10/06/2024

Dados da ART

ART nº: 941995
Responsável: Med. Vet FREDERICO DE FIGUEIREDO PERES (CRMV-RJ: 08184/VP)
Vigência: 27/05/2024 a 27/05/2025
Área: CLÍNICA C/CIRURGIA,CLÍNICA C/INTERNAÇÃO INTEGRAL

Captura 02 – Consulta Registro P.J e ART – Filial Macaé



 Clique para filtros

Consulta de profissionais e empresas

Razão social	CRMV	Situação	UF	Área	Data de Registro	Dados da Inscrição
Nenhum registro encontrado						

Alerta

Em 05/04/2025, não consta na base de dados do Sistema CFMV/CRMVs registro e/ou cadastro da pesquisa 'Tudo : 27296807000331'. Deseja pesquisar novamente?

Sim

Não

Captura 03 - Consulta Registro P.J e ART – Filial Nova Friburgo/RJ



9) Captura Imagem ART apresentada pela FF Peres Clínica Veterinária em sua participação no P.E 90095/2024.



Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE PROPRIETÁRIO

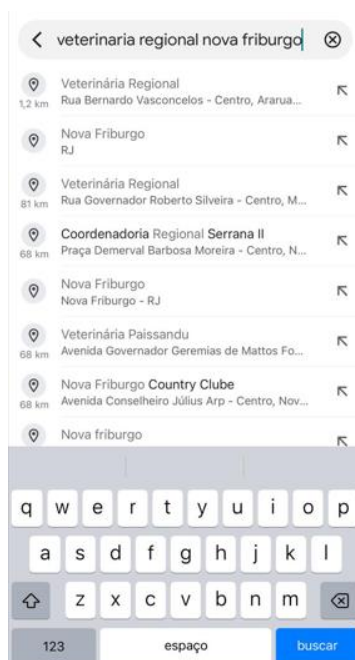


1 - Dados do profissional			
Nome do profissional FREDERICO DE FIGUEIREDO PERES	Número CRMV RJ-08184-VP	Formação Veterinário	Email alpha.vet@outlook.com; vet.regionalararuama@gmail.com
2 - Dados do estabelecimento			
Razão social F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA		CPF/CNPJ 27.296.507/000250	
Nome fantasia VETERINARIA REGIONAL		Insc. Est.	
Celular (22) 974018947	Telefone ()	CRMV RJ-16247-PJ	Email registro.plancentabilidade@gmail.com
3 - Endereço da contratante			
Endereço RUA DOUTOR TÉLIO BARRETO 236 - CENTRO - CIDADE: MACAÉ, UF: RJ CEP: 27910060			
4 - Local de atuação			
Local de atuação RUA DOUTOR TÉLIO BARRETO 236 - CENTRO - CIDADE: MACAÉ, UF: RJ CEP: 27910060			
5- Informações da ART			
Ramos(s) de Atividade CLÍNICA/CIRURGIA CLÍNICA/INTERNAÇÃO INTEGRAL			
Descrição das atividades como Responsável Técnico Instituir protocolos, orientar prestadores ou tomadores de serviços e empregados e garantir que os serviços prestados e/ou produtos sejam oferecidos em conformidade aos requisitos técnicos e regulamentares existentes; orientar e treinar todo pessoal envolvido na atividade sob sua responsabilidade no sentido de garantir a qualidade dos serviços e produtos; comunicar imediatamente ao CRMV o encerramento de sua responsabilidade técnica assegura-se de que o tomador de serviço encontra-se em situação de regularidade técnica e cadastral nos órgãos oficiais e no CRMV relativa às atividades profissionais ensejadoras de sua contratação; dentre outras competências na Resolução CFMV 1562/2023.			
Descrição adicional das atividades Responsabilidade Técnica dos serviços prestados pela clínica de minha propriedade			
Data de início 28/05/2024	Data de finalização 28/05/2025	Tipo de ART PROPRIETÁRIO	Subtipo de ART NÃO POSSUI
Data do cadastro 28/05/2024	Número da ART 941995	Data da homologação 29/05/2024	
Renovação Não	Validação 0BYR.UV.PGBJJ.E2R	Origem WEB	
Declaração de responsabilidade Declaro que as informações acima são verdadeiras, e estão de acordo com as normas que regem o exercício de responsabilidade técnica.			
<div style="border-top: 1px solid black; width: 100%;"></div> Ass. Contratante			
Rua da Alfândega, 91 - 14º andar Centro, Rio de Janeiro-RJ CEP 20070-003 Telefone: (21) 2576-7281 Data: 10/06/2024			

Captura ART apresentada pela Matriz em sua participação – Sem assinatura Física e Referente sua Filial de Macaé.



10) Captura Imagem Buscas Diversas



Captura 01 - Imagem Busca via GPS Clínica Veterinária Regional (FF Peres Clínica Veterinária) em Nova Friburgo/RJ.



Captura 02 - Imagem Busca via GPS Clínica Veterinária Bem Estar em Nova Friburgo/RJ.



Captura 03 - Imagem Busca via GPS endereço da FF Peres Clínica Veterinária em Nova Friburgo/RJ, constando apenas a Clínica Veterinária Bem Estar em Nova Friburgo/RJ.



ANEXO I - CONTRARRAZÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.021/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45.925/2024

Link de acesso as fontes das pesquisas realizadas e citadas no recurso de contrarrazões apresentado pela **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65** em face do recurso administrativo Interposto em processo licitatório pela empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 27.296.807/0001-70

- 1) Link busca junto ao Google Maps Endereço Filial em N.F FF Peres Clínica Veterinária ME
 - a) https://www.google.com/maps/place/Av.+Rui+Barbosa,+205+-+Centro,+Nova+Friburgo+-+RJ,+28605-050/@-22.2743109,-42.5365067,17z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x978abe354de413:0x878b11ae7a2c1d8d!8m2!3d-22.2743109!4d-42.5339318!16s%2Fg%2F11qh3pb1yg?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D
 - b) https://www.google.com/maps/@-22.27437,-42.5338156,3a,75y,280.25h,88.33t/data=!3m8!1e1!3m6!1sYbtrpb6cuuFJMvKSd9lkKQ!2e0!5s20240601T000000!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D1.6700000000000017%26panoid%3DYbtrpb6cuuFJMvKSd9lkKQ%26yaw%3D280.25!7i16384!8i8192?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D



2) Link busca junto ao Google e Google Maps – Clínica Veterinária Bem Estar Animal – N.F.

- a) https://www.google.com/search?q=clinica+veterinaria+bem+estar+animal+nova+friburgo&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1058BR1058&oq=clinica+veterinaria+bem+estar+animal+nova&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqBwgDECEYoAEyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigATIHCAQIRigAdIBCTE2OTc0ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- b) https://www.google.com/maps/@-22.27437,-42.5338156,3a,75y,288.48h,81.88t/data=!3m8!1e1!3m6!1sYbtrpb6cuuFJMvKSd9lkKQ!2e0!5s20240601T000000!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D8.11521513032308%26panoid%3DYbtrpb6cuuFJMvKSd9lkKQ%26yaw%3D288.4820966517236!7i16384!8i8192?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDSOASAFQAw%3D%3D

3) Link busca junto ao Google – Clínicas Veterinárias 24 horas em Araruama/RJ

- a) https://www.google.com/search?q=Clinica+Veterinaria+24+horas+em+Araruama&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&oq=cl&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqCAGAEUYJxg7MggIABBFCCyOzIQCAEQlhjHARixAxjRAXiABDIGCAIQRrg5Mg0IAxAGIMBGL EDGIAEMgcIBBAuGIAEMgcIBRAAGIAEMgYIBhBFGDwyBggHEEUYPNIBCDEzMTBq MGo3qAlAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8&dlr=1&ved=2ahUKEwiM-sPa6MOMAXWfqpUCHfmYBg4QL6ENegQICxAG
- b) https://www.google.com/localservices/prolist?g2lbs=AAEPWCv3_2JJuCYW5aozB2otDTE28fvguCBFQzbnwL9RstdRbH47inVcbGr6bsbUXeL2GgLLrX9K87ytQJZEIzDI-PZDL2W2Q%3D%3D&hl=pt-BR&gl=br&ssta=1&q=Clinica%20Veterinaria%2024%20horas%20em%20Araruama&oq=Clinica%20Veterinaria%2024%20horas%20em%20Araruama&slp=MgYKBBICCAJSaggCYACSAtoKDS9nLzExZnk0Y2c5NnQKDS9nLzExeTNkdzh3NG0KC9nLzF0ZjZzX3R4Cg0vZy8xMXZqbDZ2cGpumgEGCgIXGRAAA&src=2&serdesk=1&a=X&ved=2ahUKEwir-



[8SO68OMAxV5Q7gEHRBUDegQjGp6BAgvEAE&scp=ChFnY2lkOnZldGVyaW5hcm](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)
[lhbhJKEhIJ-](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)
[6YPcGBplwARPMY_e_X9my94aEgnB6sbTMWmXABF_UvECmfCBdSIIQXJhcnVhbW](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)
[EqFA0W4lPyFf4nvOYd9q9l8iW5qdLmMAAaE0NsaW5pY2EgVmV0ZXJpbmFyaWEi](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)
[KENsaW5pY2EgVmV0ZXJpbmFyaWEgMjQgaG9yYXMgZW0gQXJhcnVhbWEqDFZl](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)
[dGVyaW7DoXJpbw%3D%3D](https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB)

4) Link busca junto ao Google – Clinicas Veterinárias 24 horas em N.F/RJ

- a) https://www.google.com/search?sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zq59o7zRxu7hK4r4tHe96A9hYPaXQ:1743957062331&q=Clinica+Veterin%C3%A1rio+24+horas+em+Nova+Friburgo&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwrt9Cp6sOMAXXcpZUCHTSSJA8QBSgAegQICxAB
- b) https://www.google.com/localservices/prolist?g2lbs=AAEPWCvyXb4O3VCw2uQqWiCUzgl43LxaM7ytJ5CC0b8i_5ykJi47waT_zfbqTdh3lhYHPKzB2bi71L6XSmbXYO2F6Ue2OI7Hvw%3D%3D&hl=pt-BR&gl=br&ssta=1&q=Clinica%20Veterin%C3%A1rio%2024%20horas%20em%20Nova%20Friburgo&oq=Clinica%20Veterin%C3%A1rio%2024%20horas%20em%20Nova%20Friburgo&slp=MgYKBBICCAJSaAggCYACSAaICCG0vZy8xMXywbjduaHJxCg0vZy8xMXExZl9ycmh2CgwwZy8xaGMzanB0c2cKDS9nLzExZm5zcGJmcGQKDS9nLzExYjVxd3Z4NHYKDC9nLzFwdHczNzYwZwoNL2cvMTFmeV9kbnNxdgoNL2cvMTFmMms0angwMwoNL2cvMTFmcmR2amN4dwoLL2cvMXZfdzNrdl8KDS9nLzExYzU0XzZ5eG4KCy9nLzF0ZjAzcHN4CgsvZy8xdGYzcTM4dAoNL2cvMTFnY21zaDg1aAoNL2cvMTFmancwX3lrNgoLL2cvMXRoNmxcZzEKDS9nLzExa2ptZ2p6ZzMKDS9nLzExZ2ZkMjY4OGIKDS9nLzExYnhmanJsaGsKDS9nLzExYjZoaHlzNmuaAQYKAhcZEAA%3D&src=2&serdesk=1&sa=X&ved=2ahUKEwj92rbC6sOMAXUGpJUCHZioB-QQjGp6BAgtEAE&scp=ChRnY2lkOmFuaW1hbF9ob3NwaXRhbBJPEhIJgxIVb5OKIwARxBexv8AWK_8aEgkVe-VuZlqXABGbvZbGkxIKjCINTm92YSBGcmliidXJnbyoUDQ6uqPIV-3qY5h32t8fyJX99s-YwABoUQ2xpbmljYSBWZXRIcmIuw6FyaW8iLkNsaW5pY2EgVmV0ZXJpbmFyaWEgMjQgaG9yYXMgZW0gQXJhcnVhbWEqDFZl



[DI0IGhvcmfzIGVtIE5vdmEgRnJpYnVvYz28qFUhvc3BpdGFsIFZldGVyaW7DoXJpbw%3D%3D](https://www.google.com/maps/place/Veterin%C3%A1ria+Regional+Nova+Friburgo/@23.25,-46.5,15z/data=!3m1!1e3!3m2!1sVeterin%C3%A1ria+Regional+Nova+Friburgo+RJ+Brasil/15z)

- 5) Link busca junto ao Google Maps Endereço Filial em N.F FF Peres Clínica Veterinária ME
- a) https://www.google.com/search?q=Veterin%C3%A1ria+Regional&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&oq=Veterin%C3%A1ria+Regional&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyCQgAEUUYORiABDINCAEQLhivARjHARiABDIVCAIQlhgUGK8BGMcBGlcCGIAEGI4FMg0IAxvGK8BGMcBGIAEMggIBBAAGBYHjIICAUQABgWGB4yCagGEAAYFhgeMgYIBxBFGDzSAQc5MzhqMGo0qAIAAsAIB&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- b) https://www.google.com/search?q=Veterin%C3%A1ria+Regional+nova+friburgo+rj&sca_esv=c558df6cbc6e058c&rlz=1C1GCEA_enBR1010BR1010&sxsrf=AHTn8zrEhEOqHdRl4CYBclQsZlu30zmAqw%3A1743957416884&ei=qK3yZ8XeNfLI1sQPsqivsQc&ved=0ahUKEwjF0tjS68OMAXVypJUCHTLUK3YQ4dUDCBA&uact=5&oq=Veterin%C3%A1ria+Regional+nova+friburgo+rj&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcAiJlZldGVyaW7DoXJpYSBSZWdpb25hbCBub3ZhIGZyaWJ1cmdvIHJqMgUQIRigAUINxgFQnpEBWKXAAAXACeAGQAQCYAd8BoAH1E6oBBjAuMTYuMbgBA8gBAPgBAZgCE6ACrhXCAGoQABiwAxjWBBhHwglIEC4YgAQYxwEYrwHCAhMQLhiABBgUGlcCGMcBGI4FGK8BwglGEAAYFhgewglaEC4YgAQYxwEYrwEYlwUY3AQY3gQY4ATYAQHCAgQQIRgVwglFECEYnwWYAwCIBgGQBgi6BgYIARABGBSSBwYyLjE2LjGgB4NisgcGMC4xNi4xuAeiFQ&sclient=gws-wiz-serp
- c) https://www.google.com/localservices/prolist?g2lbs=AAEPWCsCJNb-NKQKsHe40lnrCONpo0fOLs-6Wdtj4DpoBD75vDeCF-LXyJ-Co9TSd11qMs3KLhdELijW75eNYrL4e3nSsnzGNQ%3D%3D&hl=pt-BR&gl=br&ssta=1&q=Veterin%C3%A1ria%20Regional%20nova%20friburgo%20rj&oq=Veterin%C3%A1ria%20Regional%20nova%20friburgo%20rj&src=2&serdesk=1&sa=X&slp=MgBAAVIECAIlgAGAAmgEGCgIXGRAA&ved=2ahUKEwiqpdGC7MOmAxUtS0gAha8KEr0Qwyx6BAGAEbQ&scp=ChFnY2lkOnZldGVyaW5hcmlhbhJPEhIJgxIVb5OKlwARxBexv8AWK_8aEgkVe-VuZlqXABGbvZbGkxIKjCINTm92YSBGcmliXJnbyoUDQ6uqPIV-



[3qY5h32t8fyJX99s-](https://www.instagram.com/vetregionalofc/)

[YwABoVVmV0ZXJpbsOhcmIhFJlZ2lvcmluZSliZWZXRlcmluw6FyaWEgUmVnaW9uY
Wwgbm92YSBmcmlidXJnbyByaioMVmV0ZXJpbsOhcmIv](https://www.facebook.com/p/Veterin%C3%A1ria-Regional-Araruama-100054630482118/)

6) Link Redes Sócias FF Peres Clínica Veterinária ME (Veterinária Regional)

a) Instagram: <https://www.instagram.com/vetregionalofc/>

b) Facebook: <https://www.facebook.com/p/Veterin%C3%A1ria-Regional-Araruama-100054630482118/>

7) Link busca junto ao Google Maps Endereço Matriz F F Peres Clínica Veterinária

a) https://www.google.com/maps/@-22.8673709,-42.3372,3a,75y,161.95h,80.98t/data=!3m8!1e1!3m6!1s-VRsZGUCaHeXeTdD4GnDZQ!2e0!5s20240801T000000!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D9.016605221289936%26panoid%3D-VRsZGUCaHeXeTdD4GnDZQ%26yaw%3D161.9469797701633!7i16384!8i8192?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDQwMi4xIKXMDS0ASAFQAw%3D%3D

8) Link Redes Sócias Bom Pastor

a) Instagram: <https://www.instagram.com/bompastorclinicaveterinaria/>

b) Facebook: https://www.facebook.com/bompastorveterinaria/?locale=pt_BR

9) Link Acesso ao CRMV/RJ e para consulta registro P.J.

a) <https://siscad.cfmv.gov.br/paginas/busca>

b) <https://www.crmvrj.org.br/pessoa-juridica-registro/registro-de-pessoa-juridica/>



10) Link Acesso ao Termo Julgamento Ref. P.E 90095/24 NF

- a) <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/uploads/licitacao/relatorio-termo-homologacao-98586705900952024-item-1.pdf>

11) Link Acesso ao Recurso Administrativo interposto ao pregão 90095/24 pela F F Peres Clínica Veterinária

- a) <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/uploads/licitacao/Recurso-Processo-242872024.pdf>

12) Link Acesso a Matéria Fiscalização do CRMV - Propaganda Enganosa

- a) <https://www.crmvrj.org.br/antigo/2024/05/crmv-rj-e-procon-rj-realizam-acao-conjunta-em-estabelecimentos-veterinarios-de-niteroi-e-sao-goncalo/>

13) Link Acesso a Matéria CRMV

- a) <https://www.crmv-mt.org.br/descumprir-com-a-prestacao-de-servicos-veterinarios-24-horas-pode-acarretar-em-consequencias-legais-e-riscos-a-saude-dos-animais/>

14) link acesso resolução crmv 1265/23 - Atualiza e consolida a regulamentação da responsabilidade técnica no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs

- a) <https://www.crmvse.org.br/wp-content/uploads/2024/01/RESOLUCAO-CFMV-1562.pdf>



15) Link Acesso Pesquisa Google Veterinária Regional em Nova Friburgo/RJ

- a) https://www.google.com/localservices/prolist?g2lbs=AAEPWCtc0hSq848enFK1lJbUEmyZ3xM4f4W-yw9Fys41N4XLO5GF79J9gmQioaceurrwi7CgjX75YZGWBiv30H8r5Ou-F1-6Q%3D%3D&hl=pt-BR&gl=br&ssta=1&q=veterin%C3%A1ria%20regional%20Nov%C3%A1%20Friburgo%2FRJ&oq=veterin%C3%A1ria%20regional%20Nov%C3%A1%20Friburgo%2FRJ&slp=MgBSAggCYACSAaICG0vZy8xMXywbjduaHJxCgwvZy8xcHR3Mzc2MGcKDS9nLzExYnR3cW1jeHQQCy9nLzF0ZG41OXF3Cg0vZy8xMXd3aGZieWpmCg0vZy8xMXMyZHIImcngxCg0vZy8xMWZsMDhmX3h5Cg0vZy8xMXExZl9ycmh2Cg0vZy8xMXkzX2gyMTVnCGsvZy8xdGY2c190eAoLL2cvMXR0cGozMHIKDS9nLzExZnlfZG5zcXYKDS9nLzExYnpXM3BxODcKDS9nLzExbGY4Xzg3dDkKDS9nLzExajkxeTJybGMKDS9nLzExYzV6Yl8zcnMKDC9nLzFoYzNqcHRzZwoNL2cvMTFjbHpoenQzMgoNL2cvMTFjNTRfNnl4bgoLL2cvMXRoNmxcZzGaAQYKAhcZEAA%3D&src=2&serdesk=1&sa=X&ved=2ahUKEwj3obHOqsaMAxX2LLkGHSMrDDsQjGp6BAglEAE&scp=ChRnY2lkOnZldGVyaW5hcnlfY2FyZRJPEhIJgxIVb5OKlwARxBexv8AWK_8aEgkVe-VuZlqXABGbvZbGkxIKjCINTm92YSBGcmldXJnbyoUDQ6uqPIV-3qY5h32t8fyJX99s-YwABoVdmV0ZXJpbsOhcmIhIHJlZ2lvbmFslid2ZXRlcmluw6FyaWEgcmVnaW9uYWwgTm92w6EgRnJpYnVyZ28vUkoqDFZldGVyaW7DoXJpbw%3D%3D&lci=0

16) Link Acesso Busca FF Peres Clínica Veterinária em Nova Friburgo/RJ

- a) https://www.google.com/search?q=ff+peres+cl%C3%ADnica+veterin%C3%A1ria+nova+friburgo/rj&sca_esv=4f7b8728d565568a&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1058BR1058&sxsrf=AHtN8zqwMmluLq_EoKwp7BFCCQZaR2AfUQ:1744043502469&ei=7v3zZ8OxHJTd5OUPi9vaiQM&start=0&sa=N&sstk=Af40H4UCX44Rng6jcF7SjYWDOSsp8pFEVpm8HIK5_i7Yi9gzGRp2OfLZOZ3BDWsiKte9ujFDoCGLdVnWpXsSijWvJBO9aNLpV95l1Qot3t-ljjqjnsKM-EUuiPV9dEC_TBgb1S7h8xT6a4zZi3AxenkgyG6xXq4TrU8&ved=2ahUKEwjD4L-rrMaMAxWULrkGHYutNjE4FBDy0wN6BAGHEAQ&biw=1280&bih=897&dpr=1



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45.925/2024

A empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **09.310.829/0001-65**, sediada no endereço Rua PEDRO LUIZ SOUZA, Nº 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. Abílio Martins Júnior, portador da carteira de identidade nº 105.644926 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 070.018.537-20, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar em tempo hábil apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto em processo licitatório pela empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 27.296.807/0001-70 fazendo-o pelas razões legais abaixo exponenciais, em observância aos ditames legais aplicáveis à espécie conforme abaixo demonstrado:

I - SÍNTESE DA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar o correto e assertivo julgamento proferido pelo Sr. Pregoeiro e parecer emitido pela competente parte técnica da secretária requisitante da contratação, que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou esta empresa pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

E conclui a sua irresignação pleiteando a inabilitação da empresa vencedora no certame em questão, pelo simples fato de não lograr êxito na fase de disputa de preços diante da incapacidade de ofertar valores mais vantajosos, ou ainda por eventualmente não cumprir plenamente o que consta preconizado no que se diz respeito a fase de habilitação existentes no instrumento convocatório. Entretanto, "*data maxima venia*" dos nobres patronos "*ex-adversos*", tudo quanto postulam não faz o recorrente o mais remoto jus, estando o presente feito fadado ao mais cediço e rotundo insucesso, ainda mais quando o recurso não traz em seu bojo adequado enfrentamento das razões que ensejam o seu pedido. É o que procurará demonstrar a Recorrida, no decorrer destas contrarrazões.



II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DA LEGITIMIDADE PARA CONTRARRAZOAR

Preliminarmente, registra-se que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados.

Portanto, a contrarrazoante é uma empresa séria, que buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.

Ademais, a própria legislação indica o direito de resposta na interposição de recursos, como forma de defesa e de esclarecimento aos pontos indicados pela parte contrária.

DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o prazo para apresentação das contrarrrazões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

“Art. 165...

I - Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;



II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

(...)

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Por fim, vale ressaltar também que o **subitem 22.7 do instrumento convocatório**, concede o prazo previsto em Lei para apresentação de contrarrazões:

“22.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.”

Devidamente comprovada a tempestividade desta contrarrazão, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

III - DOS FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 90.021/2025.**

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando os princípios que balizam as contratações públicas e atendimento fiel as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.



No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE**, foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS e INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou esta vencedora como **HABILITADA** em decorrência da melhor proposta e pleno atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no instrumento convocatório.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

IV - DAS RAZÕES ALEGADAS

Preliminarmente, antes de ser adentrado as razões apresentadas pelo licitante que não logrou êxito em sua participação no certame, verifica-se inicialmente que apresentou seu recurso administrativo da seguinte forma:

“Ao Excelentíssimo Senhor Pregoeiro e Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Referente PE 90.021/2024 – Contratante UASG 985867
Processo: 45.925/2024
Objeto: Prestação de Serviços Médicos Veterinários”

Observa-se que o recurso apresentado, está referenciando ao procedimento licitatório P.E 90.021/2024, que tem por objeto:

“REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **FIOS DE SUTURA**, para atender as necessidades do **Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família**, pelo período de 01 (um) ano.”

Corroborar-se tal afirmação facilmente ao acessar o portal da transparência do município de Nova Friburgo –RJ através do link: <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1308>

Sendo certo que está contrarrazoante não participou da licitação referenciada nas razões apresentadas.

Tal ponto merece total destaque e atenção, evidenciando de imediato ainda na parte introdutória do recurso da empresa, que suas falhas vão além de não ser capaz de ofertar valores que promovam economicidade a administração e não saber interpretar corretamente as cláusulas existentes no instrumento convocatório. Em face da referência do recurso apresentado a uma licitação



distinta, caracteriza-se um erro grosseiro tão quanto as razões alegadas, que certamente torna o recurso passível de **NÃO CONHECIMENTO** e totalmente **IMPROCEDENTE**. Além de diversos erros até mesmo ortográficos, percebe-se que nem mesmo com o corretor ortográfico se preocupou em utilizar diante da sedenta vontade da tentativa frustrada de criar um enredo frágil e desconexo a realidade dos fatos.

Por conseguinte, em face das falácias contidas e citações diretas a esta empresa vencedora, detentora da melhor proposta e devidamente habilitada, visando corroborar a análise decisória a ser proferida pelo Sr. Pregoeiro e Autoridade Competente, se segue esta contrarrazão da seguinte forma:

O presente instrumento **pretende ser esclarecedor e conciso em todos os pontos**, uma vez que é sabido, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Isto posto, é mister apontar que o respeitável Sr. Pregoeiro subsidiado pelo parecer da equipe técnica, decidiu sabiamente quando HABILITOU a contrarrazoante por atender integralmente as exigências edilícias de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o **PLENO DIREITO** de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em **frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório**, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com clara demonstração de inconformismo pela falta de capacidade em propor melhores valores a administração, restando apresentar as razões.

Trata-se de um recurso de **12 (doze)** páginas com o objetivo de tentar excluir-se de sua responsabilidade em propor menor valores a administração.

A petição traz manobras argumentativas descabidas, para tentar confundir e ludibriar o correto julgamento do certame e pior ainda suscitar uma incapacidade técnica dos membros julgadores e condutores do procedimento licitatório, fato este que beira o absurdo. Somente pela ausência de condição única e exclusiva própria em disputar a fase de lances e sagrar-se vencedora. Ocorre que tal



possibilidade revela-se INCABÍVEL perante aos argumentos apresentados na falha tentativa de propor a inabilitação desta vencedora.

- **DA ALEGAÇÃO QUANTO SOLICITAÇÃO PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS/PRAZO PARA ENVIO**

Em sede das razões apresentadas pela recorrente aos pontos supramencionados, fica evidente a confusão que tenta criar a algo simples e superado no curso da condução do ato licitatório. Destaca-se que em momento algum conforme registrado nas mensagens via chat da plataforma do Pregão Eletrônico, esta empresa vencedora confrontou, afrontou, questionou, induziu ou se recusou ao atendimento ao requerido pelo Sr. Pregoeiro. Limitou apenas a registrar sua “surpresa” ao solicitado pelos motivos narrados haja visto o requerimento ter se dado com base no item nº 14.6, que se dispõem da seguinte forma:

“14.6 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.”

E notório que a aplicabilidade deste item, não condiz com o objeto licitado, corroborando este entendimento, não constava tal planilha disposta no edital. Prova que foi disponibilizado um modelo “em branco” pela administração no portal da transparência somente após a solicitação da mesma e informado no chat.

Porém mesmo assim, a vencedora se colocou à disposição para atender o exposto mesmo diante do estranhamento, porém compreendendo o poder discricionário da administração pública e a tentativa zelosa do Sr. Pregoeiro em resguardar a administração. Logo apenas diante da complexidade e visando o mais perfeito atendimento, tentava arguir uma eventual dilação do prazo inicialmente concedido, conforme registrado.

Reforça-se que a proposta ofertada e vencedora, não se encontrava-se nas condições legais previstas na legislação, para que houvesse suposto indício de inexequibilidade a ser apontado e comprovada, prova disso que em plena e perfeita atenção a Lei de Licitações e ao edital, no uso de suas atribuições o Sr. Pregoeiro, abriu tentativa de negociação do valor ofertado junto a empresa vencedora, sendo respondido que não seria possível, haja visto ser o melhor ofertado e garantindo grande economicidade ao ato.

Desta forma, pela negociação requerida, subentendesse não ter pairado dúvidas quanto a exequibilidade da proposta, pois caso houvesse indícios ou uma real oferta extremamente baixa, não haveria negociação e sim uma direta solicitação de comprovação, ressaltando que esta economia



gerada seja em relação ao valor estimado a contratação, bem como em relação a proposta feita pela empresa em 2º, no caso a recorrente.

Considerando, que a Administração Pública, pode e deve rever os seus próprios atos praticados de acordo com princípio da autotutela, mesmo sem qualquer pedido de reconsideração por parte desta vencedora conforme registrado via chat e explanado acima, o Sr. Pregoeiro em acertada revisão da medida administrativa adotada inicialmente, revisou seu próprio ato e procedeu com o devido reparo, desta forma dispensando a determinação da apresentação do requerido anteriormente, sendo esta dispensa perfeitamente justificada e fundamentada.

Logo, diante dos novos fatos, coube esta vencedora agradecer, reconhecer e parabenizar o Sr. Pregoeiro pelo ato e por julgar oportuno confirmar a devida condição de tempo e o que efetivamente fosse necessário atender neste momento, haja visto que a troca de mensagens no portal ComprasGov não é de fácil visualização, ainda mais por ter ocorrido troca de mensagens simultâneas entre este licitante vencedor e o Sr. Pregoeiro, desta forma, qual o problema ou algo do tipo neste caso? Certamente nenhum.

No que se diz respeito ao prazo inicial concedido, afasta-se plenamente a tentativa da recorrente em distorcer os fatos ocorridos e principalmente a acusação de “facilidade” concedida conforme expôs.

“Com isso queremos deixar consignando o que aqui nos cabe, que esta já seria a primeira facilidade que a empresa ora ganhadora já conseguira, visto que outras atitudes mais importantes não seriam tomadas fragilizam o processo licitatório como um todo e trazendo insegurança quanto as decisões tomadas...”

Tal colocação na afirmação produzida é um total desrespeito e uma tamanha afronta a isonomia do processo licitatório e ainda expor todos envolvidos neste certame, os servidores e a empresa vencedora. Sendo notório que calúnia, difamação e injúria são os três principais crimes contra a honra previstos no Código Penal brasileiro, logo diante do apontamento apresentado a recorrente torna-se passível de responder judicialmente quanto ao caso, cabendo o ônus da prova ao que foi produzido.

Superado tamanho absurdo, reforça-se que cada órgão público adota a plataforma licitatória, que melhor convém, havendo sistemas que após concedido determinado prazo, não se pode altera-lo, provavelmente sendo o caso do sistema ComprasGov.

Em nova tentativa de distorcer os fatos e criar argumentos, a recorrente escreveu:

“Passado o prazo, a empresa ora vencedora enviou se valendo do longo prazo oferecido, tendo postado a documentação por volta das 22hs, então na sequência a sessão foi remarcada para 31/03/2025 às 10:00 hs, para que equipe técnica avaliasse a documentação”



A narrativa talvez criada no intuito de que esta empresa vencedora se fez valer do prazo concedido e enviou documentação em horário tardio na eminência de prolongar ou atrasar o ato da licitação, não merece prosperar ou assistir qualquer razão, pois o Sr. Pregoeiro, havia suspenso a sessão e comunicado a todos participantes a retomada dos trabalhos no dia subsequente da primeira sessão às 14 horas. Desta forma, qual o prejuízo criado ao enviar a documentação por volta das 22 horas ou mesmo que fosse às 23:00, 01:00, 04:00 ou no prazo limite? Nenhuma diferença.

Se fosse valer esta linha, indaga-se então por que esta empresa recorrente, ao possuir 03 dias úteis ou seja 72 horas após o registro de intenção do seu recurso, somente registrou o mesmo curiosamente por volta do mesmo horário que questiona ter sido enviado a documentação desta empresa vencedora? Sendo cristalino que teve mais tempo e se faz valer de cada instante do prazo que detinha.

DA ILEGITIMIDADE DA RECORRENTE PARA JULGAR OS CUSTOS DA CONCORRENTE

A FF Peres Clínica Veterinária, além de apresentar um recurso sem fundamento jurídico, **NÃO POSSUIU** legitimidade para questionar os custos operacionais da **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.**

A **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** é uma empresa consolidada no mercado. Logo a FF Peres Clínica Veterinária, não pode utilizar seus próprios custos operacionais, inconformismo, achismos como parâmetro para avaliar a exequibilidade da proposta da concorrente.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforça que não cabe a um concorrente questionar a viabilidade econômica de uma proposta baseada apenas em sua própria estrutura de custos:

"A avaliação da exequibilidade de uma proposta cabe à Administração Pública, não sendo admissível que uma empresa licitante compare seus próprios custos operacionais aos da concorrente para tentar impugnar sua proposta." (REsp nº 1.832.567/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, STJ)

Além disso, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** já decidiu que **preços menores que a média do mercado não são, por si só, indícios de inexequibilidade**, desde que sejam tecnicamente justificáveis:

"A mera apresentação de preços inferiores à média de mercado não pode ser utilizada como critério automático para desclassificação de uma proposta, especialmente quando a empresa demonstrar capacidade operacional para cumprir o contrato." (Acórdão TCU nº 1024/2016 - Plenário)



Desta forma, o FF Peres Clínica Veterinária **NÃO POSSUIU** competência técnica ou jurídica para questionar os custos apresentados pela **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** ou sugerir e tentar induzir que algo não proposto ou dispensado pela Administração seja exigido em momento inoportuno, haja visto restar precluso tal fase que poderia ocorrer tal solicitação, especialmente considerando que a empresa já demonstrou capacidade operacional e financeira para cumprir o contrato pela apresentação do previsto quanto a qualificação econômico-financeira, sendo devidamente HABILITADA e ainda por não ter sido convocada a realizar comprovação da exequibilidade de sua proposta, obviamente por não existir algum indício de inexecutabilidade na proposta de preços formulada.

Por fim, a recorrente indagou, apresentou jurisprudências e o que fosse para elucidar o não atendimento de algo que esta vencedora foi dispensando ou tentar induzir que fosse adotado ato diferente da dispensa fosse feito. Certo que aparentemente o inconformismo que assola esta recorrente, não deixou talvez verificar junto a proposta de preços readequada e demais documentos anexados por esta vencedora. Que por fineza, foi enviado a exequibilidade da proposta de preços formulada, a fim de demonstrar toda boa fé e compromisso assumido e plena capacidade em prestar os serviços pretendidos.

- **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/VISITA TÉCNICA/ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Inicialmente, se faz necessário esclarecer a esta empresa recorrente as diferenças existentes entre Termo de Referência e Instrumento Convocatório também conhecido como Edital e a divergência em suas finalidades.

O termo de referência, sabe-se bem, identifica-se enquanto peça de função acessória, cujo conteúdo aglutina os principais elementos da contratação e, por consequência, como o seu próprio nome já enuncia, contempla-os enquanto referências para a futura elaboração do edital. Sua elaboração retrata o dever de adequadamente planejar as contratações públicas, que uma vez cumprido exaure-se.

Já o edital é fonte criadora de direitos e obrigações, ou seja, é dele que promanam as diretrizes constringentes dos direitos e deveres a cumprir. É, também ele que concita os interessados a participarem do certame e formularem suas propostas. Em suma: **ele será considerado a própria lei interna da licitação.**

Considerando as funções que cada um desempenha no processo licitatório, fica fácil perceber que o edital é o todo enquanto o termo de referência é apenas parte. Por isto, embora as diretrizes do termo de referência possam vincular os licitantes, porque parte é integrante do edital, sua natureza meramente informativa e complementar, a impedirá de derrogar as disposições editalícias, afinal, não



poderia a parte se sobrepor ao todo, partindo-se então da premissa de que as disposições do termo de referência, não podem se sobrepor ao edital.

Sobre a matéria, há interessantíssimo precedente do Tribunal de Contas da União (TCU), em que são formuladas algumas ponderações, cujo teor convém adir:

Voto
(...)

12. *Com relação à exigência para apresentação de “pelo menos” 3 certificações dentre os tipos referidos no item 10 do Anexo I - Termo de Referência (peça 2, p. 6), verifico que: (I) não consta do edital tal exigência, mas apenas do Termo de Referência, e (II) não há previsão legal para que esse tipo de certificação seja exigido como requisito de qualificação técnica, podendo ser utilizado, eventualmente, como critério de pontuação (vide Acórdão 2053/2014 – Plenário). Devem ser evitadas divergências entre o edital e o termo de referência. Quando detectadas, faz-se mister avaliar, caso a caso, a regularidade das regras objeto das divergências, e as consequências para o prosseguimento da licitação. No caso em tela, a regra constante do termo de referência (exigência de certificações para fins de qualificação técnica) vai de encontro com a jurisprudência do Tribunal. No entanto, muito embora essa peça sirva de fundamento para a elaboração do edital da licitação, este não replicou a exigência indevida, mas limitou-se a prever a apresentação de atestados de capacitação técnica. Cito excerto do Voto condutor do Acórdão 931/2009 – Plenário, da relatoria do Min. Weder de Oliveira:*

“17. Em síntese, a prática adotada pela Administração no procedimento licitatório denota a existência de duas peças, quais sejam, termo de referência e edital, distintas uma da outra. E o termo de referência, publicado como anexo ao edital, é, como já mencionado, peça acessória, complementar do edital. Havendo incongruências entre seu conteúdo e o do edital, prevalecem as disposições deste...”

Outrossim, convém colacionar as ponderações de NIEBUHR:

“O instrumento convocatório rege a licitação pública, revestindo *status* de ato regulamentar, já que abstrato e geral e sempre abaixo da lei. Um dos princípios norteadores da licitação é o da vinculação ao instrumento convocatório, em virtude do qual a Administração Pública e os licitantes estão adstritos às disposições nele contidas, sem que se possa exigir mais ou menos do que está ali prescrito. A Administração Pública deverá consignar no instrumento convocatório o que pretende contratar, ou seja, qual o objeto do contrato e, por dedução, da licitação pública, com todas as suas especificidades. (...) Cumpre afirmar que o sucesso da licitação, qualquer que seja a modalidade utilizada, depende da fase interna, da elaboração do instrumento convocatório, porque é nele que a Administração define todas as condições determinantes do processo licitatório. Tanto a Administração quanto os licitantes não podem se afastar do instrumento convocatório. Se ele for mal elaborado, se, por exemplo, nele houver exigências demasiadas, por certo a Administração colherá os



prejuízos com a licitação e com o contrato que a segue. In: NIEBUHR, Joel de Menezes. Op. cit., p. 276-277.

Assim, e em síntese, havendo divergência entre o termo de referência e o edital devem prevalecer as regras do edital.

Neste mesmo sentido, encontra-se disposto no item 26.9 do edital, o seguinte: “26.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.”

E ainda dentre os princípios que preceituam as contratações públicas conforme preconizado na N.L.L, destaca-se o Princípio da Vinculação ao Edital que significa seguir estritamente o que foi previsto no instrumento convocatório para garantir a transparência e a equidade do processo. Exemplo: Não permitir alterações nas condições estabelecidas no edital após o início da licitação, para que todos os concorrentes sejam tratados de forma igualitária.

Resta evidente que o que irá sempre prevalecer é a vinculação ao instrumento convocatório e não a um instrumento acessório como Termo de Referência.

Isto posto, a tentativa de argumentar o não cumprimento pleno no que diz respeito a apresentação do atestado de capacidade técnica ao citar o T.R, não merece prosperar, uma vez que foi plenamente atendido e prova disso que não houve por parte da administração qualquer dúvida que fizesse requerer informações complementares e de igual forma arguir a não apresentação de algum outro documento não previsto no instrumento convocatório não merece prosperar de mesmo modo, uma vez que tudo que foi exigido foi devidamente apresentado, na realidade foi apresentado até documentações não previstas por excesso de zelo.

De igual forma, segue a mesma linha no que se diz respeito a visita técnica realizada pelo corpo técnico. Registra-se que mais uma desrespeitosa colocação aos avaliadores técnicos, a recorrente produziu o seguinte: “outros fatores não observados pelo corpo técnico que analisou a documentação apresentada, uma vez que a referida documentação além de inconsistente é frágil”

Sob essa ótica parece a recorrente questionar da capacidade profissional dos envolvidos na elaboração do relatório feito, evidenciando mais uma vez seu inconformismo e desespero.

Dentre os absurdos apontados, encontram-se: Vistoria realizada na clínica a 150km de distância, não entendimento a visita realizada na sede da empresa servir de parâmetro de funcionamento de uma filial, salvo se contasse, prazos, busca por endereços e dentre outros que não merecem atenção uma vez por novamente tentar sobrepor o T.R ao instrumento convocatório que já se foi explanado acima.



No que pese a visita realizada na sede da empresa, torna-se óbvio o motivo, uma vez que toda participação da licitante vencedora se deu por meio da sua matriz conforme toda documentação apresentada, consequentemente a diligência realizada se deu na sede da empresa, que conforme relatório produzido, a empresa vencedora detém os requisitos necessários de forma satisfatória. Diferentemente do apresentado no recurso, é visível que há um claro entendimento distinto ao previsto, pois a própria administração pública de forma cristalina e objetiva se posicionou que caso a empresa vencedora não apresentasse estrutura mínima para início imediato dos serviços será concedido prazo de 30 (trinta) dias prorrogável por igual período, ou seja podendo existir 60 (sessenta) dias para estar apta a iniciar os serviços e consequentemente localizada dentro dos limites de Nova Friburgo-RJ.

Ora, se consta tal previsão clara no acessório auxiliar que é T.R que a recorrente insistentemente menciona em seu recurso, por que questionar algo do tipo? Ou ainda, senão fosse possível este entendimento, a própria administração teria relatado em seu parecer técnico ou nem ter realizado a visita.

Quanto a alegação da busca por local, novamente um apontamento desprovido de razão, prova disso que foi apresentado pela licitante vencedora junto a sua documentação que possuía imóvel dentro dos limites de Nova Friburgo-RJ, fato esta que deve ter passado despercebido pela recorrente como sempre na tentativa de questionar a devida HABILITAÇÃO desta vencedora, ao invés de buscar o entendimento devido de que mesmo possuindo imóvel para que no prazo previsto possa prestar o serviço, houve disponibilidade pela condição existente de tempo, caso se fizesse necessário buscar qualquer outro local que julgasse pertinente a prestar o serviço desde que certamente dentro nos perímetros do município.

Não é de preste desta empresa vencedora adentrar méritos distintos do ato licitatório que participou e venceu, haja visto sua atuação ser sempre voltada a ofertar melhores valores a administração e estar devidamente documentada, porem diante de tantas indagações incabíveis se fez necessário esta contrarrazoante adotar medidas a mais visando complementar ainda mais este recurso de contrarrazões.

Considerando, a insistente forma que a recorrente se apegou ao T.R e em especial ao item 4.2 e menção quanto “funcionamento de uma filial, salvo se contasse”, chamou a atenção desta empresa vencedora, que diante disso, realizou-se uma busca de informações para entender o fato.

Ao realizar simples buscar no portal da transparência do município de Nova Friburgo-RJ, foi verificado a realização do Pregão Eletrônico nº 900.95/2024, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas



autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, pelo período de 01 (um) ano.

Conforme pode ser observado, praticamente o mesmo objeto do P.E 90021/2025 que esta empresa contrarrazoante se sagrou vencedora.

Ainda em sede da verificação do P.E ocorrido em 2024, torna-se possível entender em parte agora o apego da recorrente aos aspectos citados, pois a empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 27.296.807/0001-70, participou do certame e da mesma forma não se sagrou vencedora, não apresentou a menor proposta e conseqüentemente não apresentou qualquer economicidade aos cofres públicos em sua proposta de preços e ainda apresentou recurso administrativo de igual forma a aquele procedimento licitatório.

Todas estas informações foram obtidas pelo link de acesso:
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1397>

Obviamente esta contrarrazoante é sabedora que se tratam-se de procedimentos licitatórios distintos, porém torna-se valoroso trazer as observações quanto ao P.E 90095/24 realizado pela municipalidade anteriormente, pois será extremamente esclarecedor e fundamental para o entendimento para postura adotada pela recorrente em sede do seu recurso apresentado e principalmente para a sequência deste recurso de contrarrazões em face dos pontos a seguir:

- 1) O Termo de Referência que balizou o edital do P.E 90095/24 e consta em anexo, previa em seu item 4.1 diversos aspectos, entretanto transcreve-se abaixo o que merece destaque neste momento o seguinte:

“É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato”

Em uma simples análise, verifica-se não haver previsão de concessão de qualquer prazo caso a vencedora não estivesse localizada no município para início imediato dos serviços, logo restringindo a participação de um interessado não sediada na cidade e tornando aquela contratação imediata somente de um licitante localizado no município.



Ou seja, completamente diferente do proposto e previsto no item 4.2 do Termo de Referência do P.E 90021/95, que se encontra preconizado:

“É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública.”

Demonstrando claramente, que a recorrente FF Peres Clínica Veterinária ME, não se demonstra capaz de interpretar as diferenças e previsibilidades distintas existente em cada T.R.

- 2) A empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, participou do P.E 90095/24, na oportunidade de disputa, a empresa apresentou proposta de R\$ 5.599.999,99. Considerando que o valor estimado daquela contratação que era R\$ 5.698.654,44. É possível ver que a economicidade gerada pela licitante perfaz uma diferença de R\$ 98.654,45 aos cofres públicos. Tornando visível não ser prática da licitante em suas participações junto ao Município de Nova Friburgo-RJ gerar economia aos cofres públicos.

Diferentemente desta vencedora do P.E 90021/95 que proporcionou grande economicidade aos públicos de 30% em relação ao valor estimado. Que perfaz uma economia aos cofres públicos de R\$ 874.895,00 (oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais) por ano. Considerando a característica de serviço contínuo do objeto, sendo o contrato passível de renovações conforme previsto em Lei de até 10 anos. Logo é possível vislumbrar e mensurar em um período de 05 anos uma economia de R\$ 4.374.475,00 (quatro milhões trezentos e setenta quatro mil e quatrocentos e setenta cinco reais) ao município.

- 3) A empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, foi declarada INABILITADA do P.E 90095/24, pelo seguinte exposto consignado no relatório daquela sessão: “Informo a todos que a Documentação da empresa F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA, não atendeu ao solicitado no item 4 do Termo de referências. Em especial ao item 4.1.”
- 4) A empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, em face de sua INABILITAÇÃO no P.E 90095/24, apresentou recurso administrativo, contendo suas razões recursais e fundamentações. Curiosamente as alegações apresentadas para aquele ato, resumiu-se restrição de participação, menção a fase contratual para iniciar os serviços, liberação de uma sede de uma



empresa é rápida, oportunizar prazo mínimo para estruturação da empresa para clinica iniciar os serviços.

No que pese a decisão do recurso, consta parecer opinativo da Douta Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo/RJ, que orientou em caso de novo procedimento licitatório, a secretaria requisitante, avaliasse a possibilidade de conter previsão expressa sob o argumento de ampliar a competitividade, a possibilidade de que empresas licitantes, não sediadas no município, venham se estabelecer, caso se sagrem vencedoras, fixando prazo razoável.

Considerando, que o P.E 90095/24 foi revogado pela administração pelo seu poder discricionário, em novo momento se deu por meio de outro processo administrativo que culminou com a realização do P.E 90021/95, cujo consta acertadamente a alteração sugerida pela Douta Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo-RJ, que visou seguir a orientação e adotar medida de ampliar a competitividade e não haver restrição de participação de somente empresas locais e conter previsão de prazo para que uma vencedora de fora da cidade possa se instalar no município.

Diante do exposto, observa-se que as razões da recorrente naquele seu recurso apresentado e não acolhido para o P.E 90095/24, visou única e exclusivamente reverter sua justa inabilitação. Porém agora novamente em sede de seu recurso administrativo do P.E 90021/95, vem esta recorrente contrariar tudo que tentou argumentar e propor anteriormente, por novamente não lograr êxito na disputa, por não ofertar o menor valor, não interpretar corretamente as cláusulas existentes e a alteração promovida de ampliação da competitividade e previsibilidade de prazo para instalação no município em caso de a empresa vencedora não estar localizada na cidade.

É nítido que a recorrente usa de recursos administrativos para buscar benefícios não previstos ou questionar decisões administrativas, ou como popularmente se diz tentar fazer valer “dois pesos e duas medidas”, ou seja, quando lhe convém adota o entendimento que melhor possa ser atendida.

Ainda na busca do entendimento de tamanha insistência desta recorrente ao frisar tanto e se apegar, além de interpretar de forma errônea a questão de ser imprescindível a empresa vencedora estar localizada em Nova Friburgo-RJ. A fim de tentar entender o caso foi realizada por esta contrarrazoante nova simples e rápida busca junto a rede mundial de computadores, por meio de acesso à internet, utilizando a ferramenta de busca “Google”.

Sendo visto a existência da matriz da empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70. Bem como uma filial da empresa inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0002-50 e tem sua sede localizada na Rua Doutor Têlio Barreto, 236 - Centro, Macaé - RJ, 27.910-060. E por último, mas não menos importante e totalmente esclarecedor a existência de outra filial da empresa, que possuiu CNPJ nº 27.296.807/0003-31 e tem sua sede localizada na Rua Rui Barbosa, 205 - Centro, Nova Friburgo - RJ, 28.605-050.



Diante deste achado bastante esclarecedor, quanto a recorrente possuir um CNPJ de uma filial no município desta licitação começa a ser de mais fácil entendimento e elucidação as razões de tanta insistência pelo apego ao aspecto de repetidamente mencionar em seu recurso administrativo que “É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo” e aparentemente o motivo da errada interpretação do item 4.2 do T.R.

Simplemente, a recorrente tenta se beneficiar de algo não previsto e tenta fazer valer do CNPJ de sua filial existente no município e assim contrariar todo edital e de igual forma em um curto espaço de tempo simplesmente esquecer tudo que havia argumentado num passado nem um pouco distante.

Seguindo a utilização do “Google”, foi procedida consulta e emissão do CNPJ da filial da empresa FF Peres Clínica Veterinária ME de Nova Friburgo-RJ. Curiosamente, embora a recorrente tenha seu direito, a constituição desta filial se deu em 05/09/24, ou seja, após o início daquele ato licitatório e novamente sendo curioso e merecendo destaque, apenas 06 dias úteis após o efetivo registro daquele seu recurso que ocorreu em 28/08/2024 às 21:54 horas conforme registro na ata de julgamento. Seria somente o fato uma coincidência a criação desta filial durante o prazo da análise recursal? Possivelmente sim, qualquer outro ocorrido cabe apenas a recorrente. Porém colabora diretamente para demonstrar que realmente a criação de uma filial de uma empresa se dá de forma rápida, sendo até um balizador ao que tanto questiona.

Em sequência, foi também verificado que o e-mail de contato referência a matriz sediada a Araruama e telefone para contato encontra-se incompleto, fato este estranho. Em ato contínuo pela busca por informações a filial da clínica recorrente localizada na sede do promotor desta licitação, foi tentado sem sucesso encontrar informações efetivas sobre a filial em comento, desde sua atuação e reputação, seja em buscadores eletrônicos como Google, que no caso apresentou diversas clínicas existentes e atuantes na cidade, exceto a filial da recorrente.

Porém não havendo qualquer menção, citação ou indicação da recorrente, tão pouco foi localizado redes sociais próprias ou site da filial. Diante da ausência de achados concretos além da existência de um CNPJ. Em ato contínuo mediante uso da ferramenta “GoogleMaps” foi consultado o endereço da clínica visando encontrar algo relevante. Neste sentido, feita esta busca que ocorre uma grande surpresa e espanto e se inicia apresentação de curiosas informações. Pois ao usar o endereço constante no CNPJ da FF Peres como referência a localização buscada, surpreendentemente foi visualizado que no local consta uma outra empresa, exatamente do mesmo ramo, ou seja, uma clínica de serviços veterinários.

Neste caso a empresa em questão, existente no endereço por vários anos é **CLINICA VETERINARIA BEM ESTAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.572.395/0001-10**, constituída em 19/03/2003. Esta é quem detém o endereço principal como sede da empresa, estando em pleno atendimento aos seus pacientes, sendo facilmente localizado informações de sua existência e funcionamento em simples buscas no Google, bem como redes sociais ativas e toda identificação visual



do endereço. Em relação a filial da empresa FF Peres Clínica Veterinária ME, seu endereço constante em seu CNPJ é o mesmo da outra empresa supramencionada, diferenciando apenas por conter como complemento do endereço a informação “fundos”.

Historicamente conforme apurado via GoogleMaps, a **CLINICA VETERINARIA BEM ESTAR LTDA**, está em funcionamento efetivo a vários anos neste mesmo endereço e quanto a FF Peres Clínica Veterinária, constituída a recém completados 07 meses e sem qualquer identificação e aparentemente funcionamento. É possível imaginar que caso fosse questionada, quanto a este aspecto, conforme a conduta que demonstra adotar, a recorrente tentaria justificar o injustificável, provavelmente com desculpas que não há impedimentos, pois, a JUCERJA/RJ concedeu o CNPJ após viabilidade para criação da empresa, bem como o município, porém a de constar que todo esse tramite inicial se dá eletronicamente com preenchimento de informações. Porém diferentemente de documentações e legalizações a ser feitas no âmbito municipal como alvará de funcionamento, licença sanitária e outros que requerem eventual inspeção in loco. Torna-se ainda mais intrigante como seria obtido Cadastro de Pessoa Jurídica junto ao CRMV, porém sobre este tema mais a frente neste recurso de contrarrazões será adentrada ao mérito.

Por fim, provavelmente a recorrente também poderia tentar se justificar, quanto estar localizada em mesmo endereço de um concorrente direto, por constar o complemento e a diferenciação “fundos”, que não seria conflitante e haveria acesso próprio por outro local. Porém, como? Se visualmente nas imagens do Google Maps, a frente do imóvel possuiu apenas uma única entrada social para os serviços da **CLINICA VETERINARIA BEM ESTAR LTDA** e um portão de garagem que conforme imagens do Google ao longo dos anos é usado como garagem havendo até fotos com veículos dentro do imóvel. E quanto a possível outra justificativa, poderia dizer que a entrada para seu espaço se daria efetivamente pelos fundos, porém como? Pois se caso isso ocorresse o aceso seria pela rua atrás que é outro endereço e não constante em seu CNPJ, assim havendo conflitos para correta localização e informação contida em seu CNPJ. E ainda visualmente conforme visualizado pelo Google Maps, além de não existir na mesma direção dos fundos do endereço do imóvel situado Av. Rui Barbosa, 205 – Centro – NF, que abriga as duas empresas, o imóvel que sedia as empresas é limitado por muro com outro imóvel existente e este com acesso à rua de trás, aparentemente tratando de imóveis distintos. Considerando que a imagem aérea do Google Maps, não é possível afirmar ou visualizar com exatidão este ponto, em face da imagem obtida distorcer ao aumentar o zoom. Entretanto há uma grande possibilidade de ser o espaço da forma relatada. Porém tais aspectos poderiam ser facilmente dirimidos caso ocorresse uma visita técnica ao local.

Sendo assim, como interpretar e analisar esta questão? Este espantoso fato torna-se maior ainda uma vez, que aparentemente encontra se em funcionamento ao público apenas a Clínica Veterinária Bem-Estar LTDA considerando todas as informações visuais existentes na frente da clínica e a ausência de qualquer identificação nos fundos da FF Peres Clínica Veterinária ME.

É possível verificar que toda fachada, estrutura, layout, telefone de contato, acesso se trata da empresa Clínica Veterinária Bem-Estar LTDA, não existindo qualquer referência a existência da FF



Peres Clínica Veterinária ME naquele local seja na frente ou nos fundos, além de não demonstrar sua existência concreta e tão pouco funcionamento e atendimento ao público privado ou público.

Diante disso, insurge uma possível questão, que não se trata de afirmação, mas de um pensamento e dúvida, seria este CNPJ da filial da recorrente, apenas criando para atendimento público em eventual sucesso que tivesse ocorrido neste procedimento licitatório, para se fazer disso como condição de sua habilitação e consequentemente de inabilitação de algum concorrente conforme tenta demonstrar em seu recurso administrativo?

Logo na prática, caso tivesse sido vencedora que não foi o caso, onde seria o acesso à clínica FF Peres Clínica Veterinária ME, como funcionaria essa divisão de espaços? Tal fato pode gerar diversos questionamentos: onde, como, quem iria realizar os serviços? Sendo que não há previsão de subcontratação. É possível empresas do mesmo ramo e interesse atuarem no mesmo local que possuiu apenas uma entrada e saída? Qual estatura existente de cada empresa? Dentre outros.

Desta forma apenas o CNPJ de uma filial recém-criada seria o bastante para execução imediata dos serviços? Ou seria necessário gozar do prazo previsto para alguma adequação? Sob a ótica do recurso administrativo apresentado pela recorrente, não seria preciso, pois se faz valer apenas de possuir um CNPJ localizado em Nova Friburgo-RJ e somente por isso não sendo preciso de prazos para início imediato dos serviços pois apenas o CNPJ seria o suficiente ou iria então requerer a administração prazo para adequações?

Torna se questionável também um possível conflito de interesse existente, pois como empresas do mesmo ramo prestariam serviços no mesmo endereço? Como se daria na prática a realização dos serviços? Uma estrutura complementar a outra em eventual necessidade? Levanta se até o fato que eventuais atendimentos seriam confusos por existir no mesmo local duas empresas do mesmo segmento e ainda gerando confusão a aqueles que fossem requerer atendimento apenas a alguma das duas empresas.

Cabe ressaltar que na consulta ao quadro societário de ambas empresas possuem sócios distintos, porém como pode o detentor do direito do uso do imóvel há anos e tendo seu ponto consolidado, seja sendo o proprietário ou inquilino permitir ou sentir se confortável com uma concorrente direta “dentro do mesmo espaço”. Porém mesmo assim não cabe a esta contrarrazoante suscitar, apontar ou levantar questionamentos quanto uma possível ligação entre ambos, pois seriam levianos, haja visto que documentalmente não haver relações e não sendo a conduta desta vencedora. Pois poderia até mesmo a Clínica Veterinária Bem-Estar LTDA ter sido alterada e ter ocorrido mudança de nome e sócios e a inclusão da FF Peres Clínica Veterinária ME, porém conforme documentação do CNPJ isso não ocorreu e caso fosse não seria uma filial da recorrente.

Todos os levantamentos obtidos e narrados acima, não se dizem respeito de afirmativas ou acusações pois não compete a esta recorrida. A apresentação destas informações, visam única e



exclusivamente a realização de uma contextualização fática e documental a ser carreado aos autos deste processo administrativo. Desta forma fornecendo subsídios a administração pública para analisar e realizar o julgamento do mérito apresentado. Que certamente por deterem ampla capacidade e domínio técnico vão adotar a medida administrativa que julgarem pertinente e aplicável haja vista o poder discricionário público, podendo ser dirimidos tal caso mediante realização de diligência por parte de administração a fim de esclarecer os fatos e realizar seu melhor julgamento.

Entretanto é extremamente curioso este achado relatado, levantando questionamentos quanto a conduta da recorrente. Pois apenas um CNPJ seria capaz de tornar a recorrente apta a prestar os serviços que viessem ser realizados? Ou seria uma tentativa argumentativa de ludibriar e criar um benefício não previsto no instrumento convocatório a seu favor? E indiferente dadas as particularidades e condições dispostas neste atual certame ou por neste momento deter algo que anteriormente não possuía sendo o motivo de sua inabilitação em outro procedimento licitatório que participou sem sucesso e argumentou em sede de outro recurso para não ser inabilitada pelo mesmo motivo que agora forçosamente tenta arguir pela inabilitação desta vencedora?

É de conhecimento ou deveria ser, por parte dos licitantes, que caso tenha dúvidas quanto algum aspecto de uma licitação que quer participar, realizar medidas administrativas visando sanar qualquer aspecto que não foi compreendido, muito embora as vezes tais condições estão presentes de forma expressa, clara e objetiva, porem como nem todos e em especial a recorrente não são capazes de interpretar corretamente. Sendo assim está previsto na legislação que qualquer pessoa ou licitante desde que tempestivamente, pode requerer mediante formulação de pedido de esclarecimentos ao órgão visando dirimir dúvidas ou sua incompreensão de algo disposto.

Neste presente caso, a recorrente não realizou qualquer pedido de esclarecimento e também não realizou qualquer pedido de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 90021/25. Desta forma, deixando subentendido a administração que concorda com todas cláusulas existentes diante da ausência de qualquer manifestação prévia e mais ainda ao participar do ato licitatório cujo conforme relatório de declarações, assinalou que:

“Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.”

Desta forma, como pode a empresa recorrente ter declarado que tem ciência de inteiro teor do ato convocatório e concordar com suas condições e agora em sede de recurso administrativo requerer um entendimento diferente e distinto ao que declarou e teve conhecimento visando a inabilitação desta empresa legitimamente vencedora e habilitada?



Conforme exposto, caso tivesse dúvidas ou não concordasse com algo, a recorrente não deveria ter declarado algo que não está concordando agora e sim em momento oportuno deveria ter solicitado esclarecimentos ou até mesmo impugnado a licitação para o que julgasse necessário.

O edital é o meio que se vinculam as partes, sendo a lei interna da contratação e as obrigações a serem cumpridas. Não sendo possível após sua fase externa licitatória iniciada alterar ou exigir algo não previsto anteriormente. Caso isso ocorresse seria ferir os princípios de vinculação instrumento convocatório, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, impessoalidade, interesse público, julgamento objetivo, legalidade, moralidade, planejamento, publicidade, razoabilidade, transparência e dentre outros.

Sem restar qualquer dúvida diante da mais correta conduta até o presente momento por parte dos servidores do município de Nova Friburgo envolvidos na condução deste certame, em face da brilhante e correta atuação a cada aspecto necessário ao bom tramite desta contratação, iriam neste momento assistir qualquer razão ao recorrente. Por deterem amplo conhecimento e adotar medidas seguras e acertadas. Sendo certo que jamais será ferido qualquer princípio básico previsto para as licitações. Em especial da vinculação instrumento convocatório, em face do atendimento pleno desta vencedora, do julgamento objetivo e merecendo destaque o princípio da economicidade em vistas da proposta vencedora ter gerado relevante economia os cofres públicos na contratação e obviamente a todos os demais princípios.

Somente pelo inconformismo adotado pela recorrente em sede de seu recurso, a fim de tentar apresentar razões infundadas e sem efeito a prosperar e que efetivamente somente presta função de frustrar o interesse público e ocasionar morosidade ao ato licitatório em face dos prazos recursais existentes até sua análise e decisão.

Porém, infelizmente a atuação da recorrente no âmbito do município do Nova Friburgo, conforme pode ser visto nos procedimentos licitatórios que participa, limita-se em não competir durante a fase de disputa de lances e assim ofertar valores que proporcione economia e apresentar sua irresignação e incapacidade por meio de recursos administrativos de caráter protelatório, com o nítido objetivo de atrasar o andamento do certame, configurando um ato de má-fé processual.

Mais à frente, em outros tópicos a seguir, também será demonstrado fatos que corroboram com a conduta da recorrente, que de igual aos apresentados até o presente momento, terá destaques.

• DO CERTIFICADO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

No que pese as alegações quanto ao certificado de registro de pessoa jurídica ser falho e ainda passível de notificação ao Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, causa enorme estranhamento!!!



Pois o próprio órgão é aquele que concede a inscrição das clínicas veterinárias, mediante emissão de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, bem como de Pessoa Física, ou seja, para exercer a profissão um médico veterinário deve estar inscrito no conselho e em dia com suas obrigações e de igual forma uma clínica veterinária também deve estar inscrita, em dia e autorizada funcionar mediante obtenção de seu certificado. Competindo também ao competente órgão fiscalizar a conduta dos profissionais e empresas.

Deste modo, está comprovado documentalmente que esta empresa vencedora e seu responsável técnico, possuem toda documentação exigida e emitida pelo Conselho Veterinário e autorização devida para atuação e funcionamento.

Em especial a pessoa jurídica desta vencedora é visível ver em seu registro a previsão e autorização de atividade de clínica geral que se propõem a exercer. Sendo uma premissa básica para esta atividade, plenamente autorizada pelo órgão fiscalizador.

Cabe mencionar a Resolução nº 1138/16 do CRMV, que dispõem sobre Código de Ética do Médico Veterinário que balizam as diretrizes e conduta de atuação. Cita-se em especial do Artigo 28, desta resolução que dispõem da seguinte forma:

“Art. 28. As placas indicativas de estabelecimentos médicos veterinários, os anúncios e impressos devem conter dizeres compatíveis com os princípios éticos, não implicando jamais em auto promoção, restringindo-se a:

- I- nome do profissional, profissão e número de inscrição do CRMV;
- II- especialidades reconhecidas pelo sistema CFMV/CRMVs;
- III - título de formação acadêmica mais relevante;
- IV - endereço, telefone, horário de trabalho, convênios e credenciamentos;
- V - serviços oferecidos. (G.N)”**

Cita-se também a Lei Federal nº 8.078/1990, que estabelece sobre o Código de Defesa do Consumidor, especificadamente seu Art. 37, que prevê:

“Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (G.N)



§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.”

Sob a ótica do ramo de atividade de “Clínica Geral” presente junto ao Certificado de Registro de Pessoa Jurídica desta empresa vencedora devidamente emitido e autorizado pelo CRMV, bem como em atenção ao Código de Ética do Médico Veterinário em seu Art. 28 e ainda conforme o Código de Defesa do Consumidor em seu Art. 37.

Esta empresa vencedora não omite qualquer serviço que preste ou divulga algo em meios publicitários seja rede sócias, anúncios, propagandas e em especial na sua fechada e identificação visual que exerça. No mesmo sentido, utilizando novamente a ferramenta Google, buscando informações quanto a existência de clínicas veterinárias que prestam atendimento 24 (vinte e quatro) horas no município de Araruama-RJ, local sede desta empresa vencedora e de igual forma da recorrente, obteve-se o resultado que atuam nesse critério: a **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** e a **VETGATO – MEDICINA FELINA A DOMICILIO**. Desta forma, evidencia que somente esta empresa vencedora atua na cidade em caráter 24 horas para atendimento veterinário sem restrição de tipo e gênero há vários anos.

Diante do exposto, entende-se que a clínica ao obter seu certificado de registro contendo a atividade que atua, compete a sua própria administração, de que forma irá adotar seu horário de funcionamento, seja horário comercial, seja 12 horas, 24 horas, todos os dias da semana, somente em dias úteis. O que resta comprovado é que uma clínica não pode conter divulgações de serviços que não atua, pois estaria afrontando o Código de Ética do CRMV e realizando propaganda enganosa de acordo com CDC prevê e assim podendo ser denunciada ao órgão fiscalizador por algum tutor que se sentiu lesado ou enganado e a partir disso ter que responder sobre.

Logo, se todas essas informações são públicas e de fácil acesso e conhecimento a qualquer pessoa, seria realmente cabível a alegação feita pela recorrente que esta condição de atuação 24 horas, seria apenas de fechada e sem ciência do órgão fiscalizador? Como pode não haver ciência desse respeitável órgão, que promove fiscalizações em clínicas a fim de averiguar suas condições e certamente somos fiscalizados e não ocorrido qualquer tipo de medida de autuação em relação a este aspecto ou ainda como quanto ao alegado pela recorrente, que possivelmente não conste visível na empresa a documentação de regularidade técnica como, certificado de cadastro de pessoa jurídica no conselho pertinente e Art. Do responsável técnico. Sendo que se encontra dispostas e visíveis conforme exigido.



Qualquer conduta distinta ao que lhe é exigido se torna passível de questionamentos dos órgãos fiscalizadores e não consta qualquer tipo de requerimento sobre tais pontos ou outros no funcionamento da vencedora.

De forma análoga o que não se pode ocorrer de fato num estabelecimento veterinário é não estar devidamente registrado no conselho para exercer suas atividades, ou estar registrando com atividade de “**Pet Shop**” e atuar como clínica sem a devida autorização. Não pode também promover e divulgar serviços que não presta ou até mesmo pior, possuir registro para alguma atividade, que deve estar disposto e visível em sua sede para ciência de qualquer pessoa e eventual necessidade de algum tutor se negar ou não realizar. Desta forma torna-se suscetível a sanções.

Novamente a recorrente em sede de seu recurso, ataca sem sentido o relatório técnico elaborado em face da visita realizada pelos membros envolvidos não fazer menção a visualização de algo óbvio e condicionante ao funcionamento da empresa vencedora. Seria mesmo necessário constar tal fato óbvio no relato? Até mesmo por ter sido anexado na documentação enviada pela vencedora.

Ao que parece a recorrente quer fiscalizar seus concorrentes como se tivesse legitimidade a isso, como se estivesse acima até mesmo do conselho competente que realiza visitas e fiscalizações rotineiramente a esta empresa vencedora sem fazer menção ou ressalvas. Sendo nítido que empresa recorrente, representada pelo seu sócio administrador que é médico veterinário conforme consulta realizada a ser mencionada mais a frente, deveria o mesmo possuir pleno conhecimento quanto as diretrizes do conselho que regulamenta sua própria profissão e sua empresa e torna-se réu confesso em seu próprio recurso administrativo ao mencionar que não detém conhecimento ao escrever:

“salvo algum equívoco da nossa parte, por questões de análise rasa sobre o tema em questão”

Evidentemente não é conhecedor diante das indagações produzidas e o equívoco do aspecto que deveria ter entendimento e como senão bastasse os apontamentos técnicos desta empresa vencedora ainda tenta “ensinar” aos membros da administração pública que conduz e julgam esta licitação a maneira de atuação, critérios interpretativos e forma de julgamento que pressupõem devida e conveniente.

Ocorre que ao prestar mais atenção nesta vencedora do que em si mesmo, e tentar fazer ponderações que talvez não cumpra e estando passível de inabilitação caso tivesse ofertado a melhor proposta, o recorrente esquece de analisar sua própria documentação que é passível de questionamentos.

Dito isso, verifica-se que a FF Peres Clínica Veterinária ME, participou deste procedimento licitatório por meio de sua matriz, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70, conseqüentemente sendo necessário



em eventual sucesso apresentar toda sua documentação referente a empresa participante, neste caso a matriz da empresa FF Peres Clínica Veterinária ME.

Neste sentido, considerando tamanha afronta e insistência pelos mais variados questionamentos realizados pela recorrente a esta vencedora, procedeu-se com consultas acessíveis a qualquer pessoa através da rede mundial de computadores, por meio de acesso à internet, sendo visto os seguintes pontos:

- 1) A recorrente, afirma que esta empresa vencedora atua 24 horas somente em sua fachada sem ciência do órgão regulamentador, tal questionamento foi rebatido e demonstrando não ser pertinente conforme explicações acima. Entretanto como pode a recorrente exigir que fosse algo expresso no registro de pessoa jurídica do conselho pertinente sendo que ela mesmo não atua 24 horas? É de fácil confirmação tal fato considerando as informações visíveis ao ser procedido busca do endereço sede da matriz, cujo é possível ver imagem de sua fachada que não consta qualquer informação sobre atendimentos 24 horas. Corroborando essa questão, ao buscar clinicas em Araruama que atendem 24 horas, somente é informado está clinica vencedora e uma outra citada anteriormente especializada em felinos. E ainda ao aparecer na busca a Clínica Veterinária Regional (nome fantasia da recorrente), não consta qualquer citação ao atendimento 24 horas, além de não haver em suas redes sócias previsão desse tipo de atendimento e por último ao consultar os dados da empresa presentes em seu contato via WhatsApp, encontra-se fixado o horário de atendimento, qual seja: De segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, aos sábados de 08:00 às 12:00 horas e domingo estando fechada.

Sendo assim, demonstra-se que a recorrente não detém funcionamento 24 horas na pratica de suas atividades no seu dia a dia. Conforme as informações obtidas na busca realizada e que ela mesmo informa em seu contato de WhatsApp.

Seguindo esta linha de raciocínio, caso eventualmente fosse apresentado por esta recorrente algum atestado de capacidade técnica cujo atestasse serviços veterinários 24 horas incluindo atendimento de emergência/urgência o mesmo seria válido ou inválido? Certo que passaria ser questionável sua obtenção atestando esse tipo de serviços, tendo em vista que conforme consignado oficialmente pela própria recorrente em sua fachada, redes sociais e dados do WhatsApp não prestar esse tipo de atendimento?

Num outro giro, mas também passível de esclarecimentos, haja visto os incisivos argumentos quanto necessidade de constar especificadamente no registro da empresa no conselho expressamente a prestação de serviços 24 horas, remete-se a ideia que a empresa recorrente talvez detenha algo especifico ao tipo? Dado isso, gera o seguinte questionamento, caso exista esta hipótese de registro e seja detentora, tal certificado deve estar exposto visível na sede da matriz da recorrente. Consequentemente haveria pessoas cientes do atendimento 24 horas da recorrente, entretanto estando



em conflito com os serviços divulgados e horários de atendimentos. Caso isso seja possível, a empresa oferece o serviço de ato, mas não de fato. Desta forma, ferindo o Código de Ética do Médico Veterinário em seu Art. 28 e ainda conforme o Código de Defesa do Consumidor em seu Art. 37 e suscetível de denúncias ao conselho por deter algo que não realiza na prática. Contextualizado, supostamente um tutor em algum atendimento clínico veterinário ocorrido, ao estar na recepção da clínica recorrente visualiza o registro da empresa no conselho cujo ateste funcionamento 24 horas, ciente desta informação após visualizar tal documento, o mesmo tutor necessitou de um atendimento de caráter emergencial/urgência para seu animal às 02:00 horas manhã, daí corre até a clínica da recorrente e se depara com a mesma fechada sem prestar o atendimento 24 horas contido no registro da empresa anteriormente. Diante deste exemplo teria ocorrido uma omissão de socorro, infração ao Código de Ética do CRMV e ainda ao CDC? Assim sendo passível das sanções previstas?

Diante dos fatos acima narrados, não é possível entender as alegações desta recorrente por algo que claramente não possuiu nem realiza.

- 2) Registra-se que além da consulta via GoogleMaps realizada para matriz da recorrente, na oportunidade foi estendido a mesma consulta para filial da recorrente existente em Macaé/RJ, sendo visível ver que o horário de atendimento desta unidade é de Segunda a Sexta-Feira das 08:00 às 17:00 horas e aos Sábados das 08:00 às 16:00 horas. Porém, pode ser a informação visualizada na pesquisa eletrônica desatualizada e não ser oficial por não estar informada por algum canal de comunicação da filial, porém caso o horário seja o visto, demonstra-se que nesta filial também há funcionamento 24 horas aberto ao público em geral.
- 3) Considerando a ausência de qualquer informação ou visualização que se diga respeito a filial da recorrente em Nova Friburgo/RJ, atrelado ao fato de estar localizada juntamente a uma outra empresa no mesmo segmento, não se fez possível lograr êxito pois aparentemente consta apenas a existência do CNPJ.
- 4) No que pese inscrição junto órgão fiscalizador das atividades veterinária no Estado do Rio de Janeiro, por meio de acesso ao site do conselho, foi realizada busca do cadastro da matriz e filias da recorrente, sendo obtido informações da existência de registro no conselho para sua matriz em Araruama/RJ e para Filial de Macaé/RJ. Não sendo localizado registro para filial de Nova Friburgo/RJ.
- 5) Em sede da consulta realizada acima, foi possível visualizar também a Anotação de Responsabilidade Técnica das empresas cadastradas. Sendo demonstrado que a matriz da empresa possuiu como seu responsável técnico o próprio sócio administrador. Entretanto a ART. N° 945033 válida até 12/06/2025, somente faz menção a área de "PET SHOP". Em relação a outra filial consultada possuiu como seu responsável técnico o próprio sócio administrador por meio da ART. N° 941995 com vigência até 27/05/25, fazendo menção a área de: Clínica c/ Cirurgia, Clínica C/ Internação Integral. Não se fez possível obter



informações quanto a filial da recorrente sediada em Nova Friburgo/RJ, haja visto não ter sido localizado seu cadastro.

Ao passo das informações apresentadas em especial aos 05 pontos elencados, resta demonstrado que a recorrente não iria restar habilitada caso tivesse ofertado a melhor proposta e ainda prestar esclarecimento caso fosse realizadas diligências em qualquer uma de suas empresas. Porém como diante da conduta vista, possivelmente tentaria por meio de recursos administrativos, apresentar justificativas e argumentar o que fosse.

• DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

Mais uma vez como em todo recurso administrativo da recorrente, apresenta questionamentos rasos e de fácil resposta diante de fragilidade do que tenta argumentar. Sendo assim quanto a ART apresentada por esta empresa vencedora, mesmo que erradamente é feito a indagação da seguinte maneira:

“Mesmo a empresa tendo apresentado a ART, ela consta sem assinatura e conforme a Resolução CFMV 1562/2023: A ART é válida somente quando homologada e devidamente assinada pelo contratado e contratante e, deverá ser fixada em local visível nos estabelecimentos juntamente com o Certificado de Registro. Sendo assim, o documento foi apresentado sem a devida validade e ainda assim, a empresa foi considerada com a documentação passível de habilitação.”

Inicialmente antes de adentrar o mérito e rebater tal colocação, destaca-se que supostamente revestido de má intenção, ao reproduzir a ART apresentada por esta vencedora em seu recurso administrativo, a recorrente simplesmente ocultou o cabeçalho do documento, assim ocultando o QR-CODE existente e os dados do profissional. Talvez em uma desesperada tentativa de distorcer os fatos e as razões para existir estes pontos ocultados dispostos em qualquer ART deste tipo.

Realizada esta observação introdutória ao tema a ser pontuado neste momento, conforme deveria ser de conhecimento da recorrente. A documentação apresentada, não se trata de um documento apócrifo e físico. Pois todo requerimento junto ao CRMV nos dias atuais ocorre de forma eletrônica. Corrobora esta informação em simples acesso ao site oficial do Conselho Regional de Medicina Veterinária – RJ, na aba pertinente a esta informação. De igual forma a resolução nº1562/23 que regulamenta a responsabilidade técnica no âmbito do sistema CFMV/CRMVs. O Art. 12 desta resolução se dispõem da seguinte forma:

“Art. 12. O cadastramento de ARTs dar-se-á eletronicamente (e-ART), via sistema específico, mediante acesso pelo profissional e preenchimento dos formulários.”

Cita-se também o Art. 2 – Inciso II da mesma resolução:



“II - Homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica: ato administrativo exarado pelo CRMV caracterizador da regularidade formal da relação técnica existente entre o tomador de serviço e o profissional à luz da legislação de regência da atividade profissional;”

Diante do exposto é notório que se trata de documentação de caráter eletrônico, seja pela forma de requerimento e obtenção e por constar na ART que a origem da mesma é “WEB”, constar código para validação, além de haver QR-CODE para que seja escaneado por câmera, afim de verificar sua validação e atestar que esteja devidamente homologada e válida.

Considerando, que se trata de um procedimento licitatório eletrônico, nada anormal a apresentação de documentos do tipo eletrônico, muito pelo contrário até facilita a verificação de sua autenticidade mediante uso do QR-CODE. Conforme a ART apresentada.

Até porque este ato digital visa conferir a validade e validação da ART em si e não a autenticidade de uma assinatura física. Haja visto que se ART seja apresentada assinada fisicamente, sem qualquer reconhecimento de firma em cartório especialmente na forma de “firma reconhecida por autenticidade”, padeceria de verificação a autenticidade da mesma. Caso fosse exigido firma reconhecida na apresentação de assinatura física em um documento eletrônico já seria impraticável nos dias atuais e ainda uma completa desatenção a Lei Federal nº 13.726/2018 que versa sobre atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Cabendo ainda mencionar a Lei Federal nº 14.063/2020, que resumidamente, dispõe sobre as regras e procedimentos específicos para o uso de assinatura eletrônica. A ideia por trás dessa legislação é modernizar os velhos processos de assinaturas de documentos e contratos e, assim, acabar com a burocracia.

Logo a exigência para assinatura física na ART, que pode ser considerada uma documentação complementar ao Certificado de Registro da Empresa, ambas deveram estar fixadas em local visível no estabelecimento. Nota-se que a relação da assinatura física na ART está atrelada a sua fixação exclusivamente no estabelecimento de forma visível. Não havendo qualquer outro tipo de citação.

Repara-se que a recorrente, ao replicar a ART desta empresa vencedora, suprimiu além do QR-CODE, também deixou de mostrar os dados do profissional. Que vem a ser o próprio sócio administrador da empresa vencedora, que se encontra amparado pelo Art. 2 – Inciso IIX da resolução nº1562/23 do CRMV, que dispõem: “IX – Responsabilidade Técnica de Proprietário: aquela na qual o profissional se responsabiliza tecnicamente por estabelecimento do qual seja proprietário”



Logo contratado e contratante, trata-se da mesma pessoa em ambos casos.

Num outro giro, caso realmente fosse relevante o apontamento da recorrente e sendo necessário, facilmente tal fato poderia ser sanado uma vez que ART encontra-se valida e homologada, e apenas em atenção ao instrumento convocatório e sua vinculação, fazendo-se valer os itens nº 15.10 c/c 15.12 c/c 15.15 que preconizam:

“15.10– – Encerrado o prazo para envio da documentação (habilitação ou proposta) de que trata o item 15.8.1 poderá ser admitida mediante realização de diligência a apresentação de novos documentos para a:

15.12- A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema eletrônico, e findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará em sua inabilitação ou desclassificação do certame.

15.15 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

Entretanto, dado a fase recursal que se encontra este certame, está comprovado que não se fez necessário aplicação dos itens supracitados do edital, haja vista não haver dúvidas de esclarecimento ou apresentação de algo complementar quanto a documentação de habilitação apresentada por esta vencedora.

No tocante ainda sobre ART, que a recorrente mencionou que os dados do endereço são “divergentes do propósito da contratação”, mais uma vez gera questionamentos a indagação feita, tendo vista que a participação desta empresa vencedora se deu pelo CNPJ constante em toda sua documentação e não de uma suposta filial. Logo como constar outro endereço? Novamente esta conduta da empresa recorrente em seu recurso administrativo, que insiste em querer apontar algo inverídico e todo tempo tentar distorcer os fatos, tentando criar algo que se beneficie e novamente esquece de si mesmo.

Em mais uma simples e rápida consulta junto ao sistema ComprasGov, foi visto a participação da recorrente no Pregão Eletrônico nº 900.95/2024 do Município de Nova Friburgo/RJ por meio de sua matriz. Nesta oportunidade visando atender o edital, consta dentre sua documentação anexada, arquivo denominado como “ART HOMOLOGADA”, anexada no dia 19/08/2024 às 17:17:05 horas. O documento em questão, trata-se da ART nº 941995. Que consta nos dados do estabelecimento, a filial da empresa recorrente em Macaé/RJ, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0002-50. Como consequência tendo como



endereço da contratante e o local de atuação: Rua Doutor Têlio Barreto, 236 - Centro, Macaé – RJ e ainda por cima a referida ART, encontra sem qualquer assinatura física. Embora sua inabilitação no certame em comento se deu em face de outros motivos se fez necessário relatar o verificado por esta empresa vencedora.

Pois novamente, a recorrente num passado recente, apresenta sua documentação em um certame de uma forma e agora tenta forçosamente argumentar na busca de alterar a decisão que tornou esta empresa HABILITADA e vencedora do certame, sob motivações de algo que ela mesmo apresentou e não foi inabilitada por isso.

- **DO NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO COM INTENÇÃO DE TUMULTUAR O PROCESSO LICITATÓRIO**

Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na proposta da Recorrida, tão pouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.

Assim, verifica-se que a intenção da Recorrente tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, exercendo seu *jus sperniandi* – direito de recorrer - de forma abusiva e sem qualquer fundamento fático ou jurídico em total desconformidade com a jurisprudência e melhor doutrina.

Nestes termos, apenas por amor ao debate, faz-se necessário saber que inabilitar a Recorrida sob tais argumentos infundados seria deturpar as finalidades da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame baseada em alegações sem nenhum fundamento legal visando impedir a contratação da Recorrida que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital.

A Recorrente, indiscutivelmente, conforme provado/demonstrado nas presentes contrarrazões não conseguiu comprovar o que alega, qual seja que a RECORRIDA não atendeu às exigências do ato convocatório, apresentando recurso com o único intuito de tumultuar o certame licitatório.

Neste contexto, face ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório a habilitação e classificação da RECORRIDA deve ser mantida, pois se deu em consonância com a disposição contida no Edital e seus Anexos, bem como com as normas legais em espécie.

- **DOS ANEXOS DESTA CONTRARRAZÕES**



Visando demonstrar as consultas realizadas e informadas e as informações obtidas segue em anexo os links de acesso e capturas de imagens realizadas a fim de colaborar com a contextualização fática e documental aqui produzida.

V – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o recebimento das presentes contrarrazões de Recurso, pelos argumentos anteriormente expostos, para ao final NÃO CONHECER o recurso apresentado, com a manutenção da decisão anteriormente deliberada pela classificação, habilitação e adjudicação do objeto licitado pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65**.

Requer ainda:

- I - Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;
- II - Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;
- III - Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e
- IV - Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Diante dos fatos narrados e pelas contrarrazões acima aduzidas, a ora Recorrida requer ao Exmo. Sr. Pregoeiro, que seja declarada a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do recurso ora impugnado, e, o que remotamente não se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, sejam enviadas a presente contrarrazões à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Araruama, 08 de abril de 2025

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS
VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ nº 09.310.829/0001-65
Abílio Martins Júnior
CPF nº 070.018.537-20
Sócio Administrador



Ao Excelentíssimo Senhor Pregoeiro e Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Referente PE 90.021/2024 – Contratante UASG 985867
Processo: 45.925/2024
Objeto : Prestação de Serviços Médicos Veterinários

A **FF Peres Clínica Veterinária ME**, com sede a Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ, inscrita no CNPJ nº 27.296.807/0001-70 vem, por intermédio de seu representante legal o Sr Frederico de Figueiredo Peres portador da carteira de identidade nº 134012293 IFPRJ, inscrito no CPF sob nº 095.758.147-54, apresenta TEMPESTIVAMENTE, nos termos do artigo 165 da Lei 14.133/2021, visto que o prazo iniciou sua contagem em 31/03/2025 e vai até dia 03/04/2025, o presente:

RECURSO

Pelos fatos e fundamentos a seguir.

Ocorreu que na ocasião da sessão, inicialmente aberta na data de 20/03/2025, queremos pontuar algo que consideramos ser severamente importante e um dos fatos recorridos aqui, haja vista a mensagem do chat que dizia:

Mensagem do Pregoeiro

A qualquer momento após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no Art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Enviada em 20/03/2025 às 10:01:28h

Dito isso, seguimos o certame com a fase de propostas e lances e a empresa ora vencedora foi classificada em primeiro lugar pelo lance de quase 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais) a menos que o valor estimado.



Dada circunstância de abrupto desconto, o Sr Pregoeiro solicitou planilha de custo, o que em nada fere qualquer possibilidade ou legalidade a tal solicitação, visto que, isso só viabilizaria a compreensão do porque chegou-se a esse valor, para até mesmo entendermos se o objeto estaria superestimado pelo órgão ou se de fato o participante estava disposto em ganhar bem menos para ter a prestação do serviço no município.

Argumentativa e ao mesmo tempo buscando ser gentil, dando a entender que acataria a tal solicitação a empresa ora vencedora oferece diversos argumentos contrários mesmo se dispondo a fazer o solicitado e o pregoeiro juntamente com sua equipe, resolvem aceitar a “carona” no mesmo entendimento por parte da empresa concorrente, de que não seria correta a solicitação de planilha de custo. Diz a referida empresa:

Mensagem do Participante

Item 1

De 09.310.829/0001-65 - Entretanto, embora conste junto ao item 14.4 edital: " No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração e ainda na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022. Desta forma, é notório que a proposta ofertada não se enquadra abaixo do percentual previsto.

Enviada em 20/03/2025 às 11:56:50h

Devemos salientar que em nenhum momento foi dito por parte do condutor do certame que haveria inexequibilidade na proposta, somente foi solicitado por liberalidade do órgão uma planilha que toquesse entendimento a cerca dos custos que seriam praticados, visto o tamanho do desconto oferecido, mas não que isso fosse objetivo de inexequibilidade, estando a nossa empresa pronta a defender os interesses de quem quer que fosse se tivesse sendo ameaçado o devido processo legal da contratação. Visto ainda, que, o modelo da planilha foi disponibilizado o prazo que seria de 2 horas para anexar documentos foi ampliado para 24 horas para formalização da planilha, com liberdade ainda para alterá-la se fosse o caso.

Fato é que através desse recuo do Sr Pregoeiro, fundamentado em acórdão nº 1750 de 2024 do TCU, que refere-se a objeto distante da realidade do certame aqui discutido, além de em nada de parecer com os fatos atuais, o acórdão é de 2024 com base na Lei 8666/93 e ainda diverge completamente da dinâmica ocorrida.



Com isso queremos deixar consguinado o que aqui nos cabe, que esta já seria a primeira facilidade que a empresa ora ganhadora já conseguira, visto que outras atitudes mais importantes não seriam tomadas fragilizam o processo licitatório como um todo e trazendo insegurança quanto as decisões tomadas talvez por tamanhã insistência argumentativa mesmo que infundada da empresa ora vencedora.

Por conseguinte a enfatizadora empresa, ora ganhadora, insiste em descrever de forma enumerada as decisões recuadas via chat que já registra todo ocorrido e insiste ainda em confirmar se o prazo inicialmente oferecido em razão da “suporta planilha” que não foi de fato solicitada, permanecerá, e ficamos pasmo com a confirmação do excelentíssimo Sr Pregoeiro a cerca da manutenção do prazo, uma vez que se foi dado somente em razão de planilha não mais exigida, por que a necessidade de manter o prazo oferecido?

Mensagem do Pregoeiro

O entendimento está correto. A planilha de custos fica DISPENSADA, será necessária apenas a apresentação do anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS. O prazo para apresentação dos anexos fica mantido conforme informado no sistema. (Grifo nosso)

Passado o prazo, a empresa ora vencedora enviou se valendo do longo prazo oferecido, tendo postado a documentação por vlta das 22hs, então na sequência a sessão foi remarcada para 31/03/2025 às 10:00 hs, para que equipe técnica avaliasse a documentação.

Há decisões recentes que abordam a solicitação de planilhas de custos para verificar a exequibilidade das propostas, mesmo sem previsão explícita no edital. Por exemplo, o Acórdão 4370/2023 da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU) trata da desclassificação de licitantes por inconsistências em planilhas de custos e formação de preços, destacando a importância de identificar claramente as inconsistências alegadas.

Além disso, o Acórdão 2143/2021 do Plenário do TCU enfatiza que a análise da exequibilidade deve considerar todos os itens da planilha de composição de custos, não apenas aspectos pontuais.

Essas decisões indicam que, mesmo sem previsão específica no edital, a Administração pode solicitar planilhas de custos para assegurar a exequibilidade das propostas, desde que observe os princípios da razoabilidade e da legalidade.

Importante mencionar que o próprio EDITAL menciona sobre a necessidade de examinar a adequação da proposta que ficar em primeiro colocado, dizendo que:



14.2 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Mensagem do Pregoeiro

Informo que a empresa encaminhou a documentação e que a mesma seguirá para a secretaria solicitante para análise do corpo técnico.

Enviada em 21/03/2025 às 14:07:20h

Dia 31/03/2025 é chegado e pontualmente como de costume se inicia a sessão que informa o que segue transcrito:

Mensagem do Pregoeiro

Informo a todos que a equipe técnica da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, avaliou a documentação recebida e realizou vistoria técnica na clínica responsável pela proposta melhor colocada com base no solicitado no Termo de referências:

Enviada em 31/03/2025 às 10:13:48h

Nessa mesma ocasião do retorno no dia 31/03/2025 as 10 hs, já teríamos o parecer da equipe técnica bem como um relatório de visita técnica, que trataremos a seguir, por parte da equipe que visitou o endereço de origem da empresa participante a aproximadamente 150km de distância do local da prestação do serviço o que não é compreensível com o que exige o edital no item 4, que trata dos requisitos que de fato atinjam o interesse e a efetivação das necessidades da administração pública.

(4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.2 Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços veterinários deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o



serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública

Tamanha a nossa incompreensão diante dos fatos, gostaríamos de observar outros fatores não observados pelo corpo técnico que analisou a documentação apresentada, uma vez que a referida documentação além de inconsistente é frágil e extremamente dependente de documentação a ser diligenciada, uma vez que a vistoria e as fotos foram realizadas na Clínica a 150 km de distância e em nada garante a execução dos serviços a 150 km de distância, outros fatores foram ignorados ou desaberecebidos, são eles dos quais trataremos agora:

Conforme o item 4.2 dos Requisitos da Contratação do Termo de Referência, nos atentemos para o que se diz desde o 1º parágrafo, com maior destaque para alguns pontos que ficaram incontrovérsos para esta empresa recorrente:

- É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública.

O relatório apresentado não trás com exatidão as questões relacionadas as providências que a empresa ora ganhadora se compromete para realização da demanda imediata e urgente. Visto que o relatório menciona sobre isso exatamente:

“1. INTRODUÇÃO

Esta visita técnica teve como finalidade avaliar as condições estruturais, operacionais e sanitárias da Clínica Bom Pastor, licitante para a prestação de serviços veterinários no município de Nova Friburgo. A fiscalização ocorreu de forma inopinada, sem aviso prévio, permitindo uma análise realista das condições de funcionamento da unidade.”

Nesse contexto, não entendemos como que o atendimento no endereço da sede da clínica, que fica a 150 km de distância, pode servir de parâmetro para o funcionamento de uma Filial, salvo, se constasse que embora não servisse de condições de análise



conforme é determinado pelo TR, a visita serviria para ter base do funcionamento para um reflexo da realidade a ser construída ainda, no Município de Nova Friburgo, e que em nada se assemelha com a “Análise realista” das **condições de funcionamento** do que seria construído ainda em outro Município.

“O Dr. Adílio enfatizou o compromisso da unidade em prestar atendimento veterinário de qualidade e relatou estar em busca de um local estratégico para a instalação de uma filial em Nova Friburgo. Foram mencionadas visitas a três possíveis pontos, sendo dois na região central e um em Conselheiro Paulino, priorizando áreas de fácil acesso e maior demanda populacional.”

Nota-se que além de não haver um comprometimento taxativo com o prazo estipulado no TR o relatório abre espaço para um “relato” de uma possível busca por endereços para ainda constituir Filial, bem como autorizações, obras e adequações ainda de toda uma estrutura.

- É necessário que a empresa que prestará os serviços tenha estabelecimento com atendimento emergencial de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

Outro ponto controverso para nós, seria o requisito de se a empresa detentora de registro que comprove a atuação em serviços 24 hs, visto que conforme trazido para esta peça de forma printada, segue abaixo o registro da clínica no órgão competente sem a devida anotação técnica do serviço de 24 horas sendo realizado pela empresa, o que nos causa estranheza qdo essa mesma empresa é externada em sua fachada os serviços de 24 hs, não tendo em seu registro a devida anotação.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária
do Rio de Janeiro



Certificado de Registro de Pessoa Jurídica

1 - Dados da empresa			
Razão Social BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇOS VETERINARIOS LTDA	Nome Fantasia BOM PASTOR	CNPJ 09.310.829/0001-65	Registro RJ-10806-PJ
2 - Endereço			
Endereço RUA PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA, Nº 100 - PARTE, 100	Bairro CENTRO	Município ARARUAMA	UF RJ
3 - Ramos de atividade			
BANHO E TOSA, CLÍNICA GERAL, COMÉRCIO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.			

ATENÇÃO: Este certificado deve estar em local visível juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART
CONSUMIDOR: A efetiva comprovação da prestação de serviço profissional neste estabelecimento é feita pela Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, verifique o período de vigência da ART bem como a sua autenticidade.

Local: Rio de Janeiro/RJ

Certificado emitido em: 19/03/2025 13:03:03

Leia o QR CODE para validar este documento.

Contato: (22) 2664-2803 - vet.regionalararuama@gmail.com



Desta feita, não há que se negar que o próprio órgão, CRMV, não detém de conhecimento no registro da empresa, ora vencedora, o ramo de atividade de atendimento 24 horas, comprometendo a habilitação da empresa no certame, o atestado de capacidade técnica (somente 1) que foi apresentado, trazendo muitas dúvidas e incompreensão para nós a cerca do funcionamento aos olhos do órgão competente que os assiste, o CRMV. Importante dizer que essa observação e essa anotação também não consta no relatório técnico apresentado.

Com isso, salvo algum equívoco da nossa parte, por questões de análise rasa sobre o ema em questão, a clínica ora vencedora, só possui o serviço de 24 hs em “fachada” e não de forma técnica, autorizada e autorizada pelo órgão que delibera o assunto.

- Os serviços de atendimento de urgência e emergência deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal;

Em que pese toda infraestrutura apresentada no relatório, que é em endereço divergente do propósito da contratação, é importante mencionar que os requisitos da contratação é taxativo quanto ao local e a infraestrutura onde deve funcionar os serviços, principalmente os de emergência e urgência.

- É obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) homologada pelo CRMV-RJ para a execução dos procedimentos cirúrgicos gerais;

Endereço da contratação			
RUA PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA, Nº 100 - PARTE, - CENTRO - CIDADE: ARARUAMA, UF: RJ CEP: 28970000			
4 - Local de atuação			
Local de atuação RUA PEDRO LUIZ PEREIRA, 100 - Parte - CENTRO - CIDADE: ARARUAMA, UF: RJ CEP: 28970000			
5- Informações da ART			
Ramos(s) de Atividade BANHO E TOSA CLÍNICA GERAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO			
Descrição das atividades como Responsável Técnico Instituir protocolos, orientar prestadores ou tomadores de serviços e empregados e garantir que os serviços prestados e/ou produtos sejam oferecidos em conformidade aos requisitos técnicos e regulamentares existentes; orientar e treinar todo pessoal envolvido na atividade sob sua responsabilidade no sentido de garantir a qualidade dos serviços e produtos; comunicar imediatamente ao CRMV o encerramento de sua responsabilidade técnica assegurar-se de que o tomador de serviço encontra-se em situação de regularidade técnica e cadastral nos órgãos oficiais e no CRMV relativa às atividades profissionais ensejadoras de sua contratação; dentre outras competências na Resolução CFMV 1562/2023.			
Descrição adicional das atividades Serviços Veterinários e animais em geral (Silvestre e Domésticos) na Clínica, em domicílio e estabelecimentos agropecuários.			
Data de início 09/08/2024	Data de finalização 09/08/2025	Tipo de ART PROPRIETÁRIO NÃO POSSUI	Subtipo de ART
Data do cadastro 09/08/2024	Número da ART 955932	Data da homologação 12/08/2024	
Renovação Sim	Validação	Origem	
(Original= 889571) 2B90.WR.HZHPV.6CT WEB			
Declaração de responsabilidade Declaro que as informações acima são verdadeiras, e estão de acordo com as normas que regem o exercício de responsabilidade técnica.			

Ass. Contratante



Mesmo a empresa tendo apresentado a ART, ela consta sem assinatura e conforme a Resolução CFMV 1562/2023: A ART é válida somente quando homologada e devidamente assinada pelo contratado e contratante e, deverá ser fixada em local visível nos estabelecimentos juntamente com o Certificado de Registro. Sendo assim, o documento foi apresentado sem a devida validade e ainda assim, a empresa foi considerada com a documentação passível de habilitação.

I. A licitante vencedora deverá apresentar licenças ambiental e sanitária válidas;

Noutro parágrafo, tão importante quanto os demais, conforme destaca-se acima, devemos considerar um apontamento referente a uma documentação que até o momento, não foi apresentada, mesmo em momento em que poderia ser feito, talvez não por obrigação do rito, mas por questão de oportunidade. Contudo, de acordo com o contexto descrito, subtende-se que haveria um segundo momento para apresentação deste documento que seria após ser declarado o vencedor do certame, a partir daí, automaticamente sendo obrigada a apresentar a documentação.

Ocorre que esse momento já foi superado e não foi mencionado, nem no relatório técnico, nem em nenhum outro registro de conhecimento de todos. O pedido desse parágrafos do requisito de contratação, é de extrema importância que seja obedecido, principalmente numa licitação onde desde os primeiros momentos foi tão cobrada sobre aquilo que o edital de fato solicita ou não.

Sendo assim, fica a dúvida sobre em que momento será exigido ou cobrado a apresentação de licença ambiental, bem como se esse documento poderá ser aceito com data posterior ao prazo em que deveria ter sido apresentado, que foi quando a referida empresa foi declarada vencedora, entendendo que a partir daí, não deverá mais haver inserções de documentação nova, ou recém produzida.

Caso a empresa não possua o documento para apresentar, até mesmo pelo fato do parágrafo não oferecer prazo para tal apresentação do documento, pra nós a ideia de que o documento deve ser apresentado de imediato, assim que a empresa é declarada vencedora, é a real interpretação que deve ser aplicada.

Segue ainda de forma taxativa o que diz o próprio edital quanto a não obediência às especificações técnicas solicitadas.:

14.3 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.3.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



14.3.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.7 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

Salvo apresentação mesmo que tardia da licença solicitada pelo edital, a proposta deverá ser desclassificada.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Não bastasse todos os breves e extensos apontamentos que fizemos até aqui, há de se tratar ainda a despeito de um dos aspectos mais importantes e ignorados nesse certame, aspecto esse até decisivos na fase habilitatória e que não sabemos por que não foi suscitado na oportunidade que era cabida a toda equipe técnica, desde a licitatória bem como a equipe técnica da Secretaria, ao qual foi remetida a capacidade de análise técnico/documental.

Haja vista a boa aparência e a descrição quase simétrica dos serviços realizados em comunicação com os serviços licitados no objeto desse certame, o atestado de capacidade técnica, não trás consigo, diversos fatores comprobatórios solicitados no edital que tem em seu texto demandante o que segue:

II. A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de declaração comprovando experiência de no mínimo 02 (dois) anos na atividade clínica e cirúrgica.

III. Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada, características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade), local de execução dos serviços, período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA).

Inquestionavelmente o atestado apresentado não revela, quantitativo realizado, não apresenta período contratual realizado e com isso não revela nada do que foi solicitado pelo certame.



Em regra, o atestado de capacidade técnica que não apresenta quantitativos nem prazos de execução não deve ser aceito sem diligência, especialmente quando essas informações forem essenciais para comprovar que a empresa tem experiência compatível com as exigências do edital.

O que diz a jurisprudência e a legislação:

1. TCU – Tribunal de Contas da União

O TCU já firmou entendimento de que:

“A ausência de informações relevantes nos atestados de capacidade técnica, como o quantitativo executado ou o prazo de execução, impede a aferição objetiva da qualificação técnica exigida no edital.”

(Acórdão TCU nº 2.407/2013 – Plenário)

Nesse caso, a Administração Pública tem o dever de promover diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021, ou art. 43, § 3º da antiga Lei 8.666/1993) para sanar dúvidas quanto à veracidade ou suficiência das informações.

2. Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações

O art. 64 estabelece:

“É permitida a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.”

DA SOLICITAÇÃO DESTE RECURSO:

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos que seja reapreciada toda a matéria, para que sejam sanadas todas as questões apresentadas, além de serem resolvidas as questões de fato não investigadas para conclusão de melhor proposta de fato, visto que para o Município não basta o melhor preço, a melhor proposta ela deve ser além de vantajosa no preço, também deverá ser vantajosa nos quesitos técnicos solicitados.



PEDIDOS

Sendo assim requer a FF PERES através deste instrumento:

- Que seja considerada equivocada a manutenção de prazo oferecido para envio dos documentos, mesmo tendo sido revertida a decisão de solicitação de planilha de custo e que sendo recuada a decisão de apresentação de planilha o prazo deveria ter voltado ao prazo de praxe para apresentação dos documentos. E que em função disto seja solicitada a planilha de custo, já que o benefício do prazo foi mantido e não ter como retroagir no tempo, tendo gozado do prazo desnecessariamente.
- Que seja explicada a visita técnica ter sido realizada no endereço da sede, deixando confusa a aceitabilidade das adequações solicitadas no edital para execução do serviço, visto que todo contexto editalício, deixa claro que a vistoria deveria ser realizada na sede onde o serviço será executado. Pois o tópico 3. INFRAESTRUTURA E RECURSOS DISPONÍVEIS, narra como se a clínica Matriz fosse a executora do contrato, quando não só é impossível como também não é o que pede o edital. Como pode ser compatível com o que pede o edital se ele pede que essa estrutura ou algo semelhante seja na cidade de Nova Friburgo?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação técnica da Clínica Bom Pastor foi satisfatória. A unidade apresenta estrutura compatível com as exigências do edital, e os responsáveis demonstraram conhecimento e comprometimento com a execução dos serviços. Não foram encontradas inconformidades que impeçam a habilitação da clínica no certame licitatório.

A fiscalização recomenda a continuidade do processo licitatório, mantendo o acompanhamento técnico durante a execução do contrato

Nova Friburgo -RJ 27 de março de 2025

- Que seja declarada a ART sem assinatura documento incompleto ou sem validade.
- Que seja DILIGENCIADO o atestado apresentado para que a empresa apresente documentos como, nota fiscais, contratos, e demais documentos que comprovem quantidade, prazo e condições satisfatórias ao que é solicitado no edital.
- Que seja ainda solicitado a devida explicação sobre a condição de atendimento 24 horas não fazer parte do ramo de atividade da empresa, visto que tal condição já deveria por si só afastar a possibilidade de habilitação da empresa ora ganhadora, bem como deve ainda ser notificado o órgão competente para responder acerca dessa possível irregularidade de funcionamento, uma vez que a própria empresa atesta o funcionamento sem o ramo de atividade incorporada ao seu registro.



- Que seja esclarecido ainda por que a data da visita técnica está constando dia 26/03/25 e está datada no final como 27/03/2025, data essa que também está confirmada no chat como 27/03/2025, esclarecendo de fato para esta recorrente quando que foi feita a visita bem como horário que ocorreu e tempo que durou.

Ref:	Processo Administrativo 45925/24 de interesse da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - Sebea
Objetivo:	Licitação para Socorro de Animais Errantes ou em Estado de maus-tratos

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Local: Clínica Bom Pastor, Araruama/RJ

Data da Visita: 26 de março de 2025

Fiscal Responsável: Higor Nascimento Silva Lombardo

Acompanhantes: Elisângela Rodrigues Gestora do Contrato e Apollo Affonso Fiscal Substituto do Contrato

- Que seja esclarecido ainda, se houve alteração contratual recente na empresa visto que consta um nome "Eric" como sócio na visita técnica, se não houve gostaríamos de saber quem de fato seria na importância da visita.

2. RECEPÇÃO E APRESENTAÇÃO

A equipe foi recebida pelo Dr. Adílio, médico veterinário responsável técnico, e pelo Sr. Eric, sócio da clínica. Durante a inspeção, ambos forneceram informações detalhadas sobre os procedimentos, protocolos e estrutura da clínica, demonstrando conhecimento técnico e envolvimento com o projeto.

É o que temos para defender em sede de recurso administrativo, alinhado aos anseios da população que aguarda o serviço de qualidade bem como ao entendimento legal e a urgência pleiteada na abertura de solicitação do serviço.


No mais fica a cargo de busca por direitos em sede jurídica se assim for necessária a busca por decisão em foro específico.

Nos colocamos a disposição para esta respeitável comissão e Pregoeiro em exercício.

Sem mais,

Atenciosamente,

Araruama, 03 de abril de 2025.


FF Peres Clínica Veterinária ME – CRMV 13370-PJ (RJ)
CNPJ nº 27.296.807/0001-70
Frederico de Figueiredo Peres (Sócio Administrador)
CPF: 095.758.147-54

FF Peres Clínica Veterinária ME – CNPJ nº 27.296.807/0001-70
Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro – Araruama/RJ
Contato: (22) 2664-2803 - vet.regionalararuama@gmail.com



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

014675/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: f6d16032-e440-44cf-9987-a8f8168c989a

AUTUADO EM	Sexta-feira, 25 de Abril de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
FF PERES CLINICA VETERINARIA ME	

RESUMO

RECURSO - PE 90.021/2025

*PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 45.925/2024
EMPRESA RECORRENTE: FF PERES CLÍNICA VETERINÁRIA ME
EMPRESA RECORRIDA: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA*

DATA:25/04/2025

